

  
ABli

Relatório  
de Governo  
Societário

2015

TEATRO  
NACIONAL D.  
MARIA II,  
E.P.E.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 17 de maio de 2016

CPli  


## Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo).....	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas .....	3
III.	Estrutura de capital .....	12
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas .....	12
V.	Órgãos Sociais e Comissões .....	14
	A. Assembleia Geral.....	15
	B. Administração e Supervisão .....	15
	C. Fiscalização .....	25
	D. Revisor Oficial de Contas (ROC) .....	26
	E. Auditor Externo .....	28
VI.	Organização Interna.....	28
	A. Estatutos e Comunicações .....	28
	B. Controlo interno e gestão de riscos .....	28
	C. Regulamentos e Códigos.....	53
	D. Deveres especiais de informação .....	55
	E. Sítio da Internet.....	55
	F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	56
VII.	Remunerações .....	56
	A. Competência para a Determinação .....	56
	B. Comissão de Fixação de Remunerações .....	58
	C. Estrutura das Remunerações .....	58
	D. Divulgação das Remunerações .....	62
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras .....	63
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental ..	64
X.	Avaliação do Governo Societário .....	67
XI.	Anexos do RGS.....	71

## **I. Síntese (Sumário Executivo)**

De acordo com o estabelecido no art.º 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o TNDM II deve apresentar anualmente relatório de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas naquele Decreto. Compete aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento desta exigência.

No exercício de 2015 o TNDM II não alterou em matérias de Boas Práticas mantendo-se em aplicação o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Código de Ética, Regulamento Interno da Estrutura Orgânica, Regulamento Interno de Pessoal e demais procedimentos internos.

Assim, em cumprimento com o estabelecido, apresentamos o presente Relatório que julgamos dar resposta ao exigido.

## **II. Missão, Objetivos e Políticas**

O Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., designado abreviadamente por TNDM II, é uma entidade pública empresarial sujeita aos poderes de superintendência e tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Cultura, a exercer conjunta e individualmente, nos termos previstos nos seus Estatutos e no regime jurídico do setor empresarial do Estado.

O TNDM II foi constituído por tempo indeterminado, com sede social nas instalações do Teatro Nacional D. Maria II, sito na Praça D. Pedro IV em Lisboa, e é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Rege-se pelas normas legais que lhe sejam especialmente aplicáveis, pelos seus Estatutos e respetivos regulamentos internos, e subsidiariamente, pelo regime jurídico do setor empresarial do Estado e demais legislação aplicável às empresas públicas e, na sua falta, pelas normas de direito privado.

Constitui património próprio do TNDM II, o conjunto dos bens e direitos por si adquiridos a qualquer título. Pode administrar e dispor dos bens que integram o seu património, com as limitações constantes no Decreto-Lei n.º 158/2007 de 27 de abril.

O edifício do Teatro Nacional D. Maria II mantém-se no domínio público do Estado e fica afeto ao TNDM II a quem cabe suportar todas as despesas de conservação e beneficiação.

A autonomia do TNDM II, abrange a programação artística e a escolha dos criadores, artistas e técnicos que a asseguram, bem como a definição das estratégias de promoção e comunicação a ela inerentes.

O TNDM II é uma Entidade Pública Empresarial que, no âmbito da sua missão de serviço público e da planificação da atividade plurianual, tem como principais objetivos, os quais estão definidos nos seus Estatutos, em anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2007 de 27 de abril: assegurar a prestação de um serviço público no domínio da atividade teatral, produzindo e apresentando espetáculos segundo padrões de excelência artística e técnica; divulgar a sua atividade junto de vários tipos de público; promover a criação e produção de dramaturgias em língua portuguesa e de obras de referência do repertório universal; contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de educação artística e de formação profissional na área teatral; acolher espetáculos nacionais e estrangeiros que permitam o desenvolvimento de novas estéticas teatrais.

Considerando a importância do teatro na sociedade, o TNDM II tem como prioridade abrir o Teatro à comunidade, atraindo e formando novos públicos, levando a todas as camadas da população atividades culturais e artísticas que elevem os seus padrões de exigência estética e crítica. Não menos importante é a sua responsabilidade institucional, ao proporcionar a criadores, intérpretes e técnicos um espaço privilegiado, que potencie o seu talento e trabalho, facultando-lhes recursos financeiros, técnicos e humanos, contribuindo assim para uma atividade qualificada, que se deseja reconhecida nacional e internacionalmente, capaz de atrair e fidelizar públicos variados.

A atividade do TNDM II tem como horizonte potenciar a relação do Teatro com a cidade de Lisboa e com o país, desenvolvendo a sua obrigação de constituir um polo cultural de qualidade e de promover a cidadania, suscitando, através da dinâmica produzida entre espetáculos e iniciativas paralelas, novos hábitos e necessidades culturais, capacidade de receção, sentido crítico e interesse pelo teatro do público em geral e do público jovem em particular.

Faz, igualmente, parte da sua missão reforçar a itinerância, a internacionalização e o acolhimento de produções nacionais e internacionais, escolhidas pela qualidade e pela atualidade das linguagens envolvidas.

O TNDM II tem por missão a prossecução de fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura teatral.

O Teatro Nacional D. Maria II tem como princípios estruturantes da sua Missão, nomeadamente:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Luta contra todas as formas de corrupção.

O Teatro Nacional D. Maria II na sua atividade tem como Valores Estruturantes:

- Seriedade;
- Rigor;
- Credibilidade;
- Responsabilidade;
- Procura da Excelência.

O TNDM II, E. P. E., pode exercer acessoriamente outras atividades relacionadas com o seu objeto principal, nomeadamente a prestação de serviços de consultadoria, solicitados ou contratados por entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Possui, no âmbito das atividades programadas, capacidade editorial própria para reprodução e transmissão dos bens móveis conexos com a atividade formativa e de divulgação, podendo, designadamente, editar o repertório dramático nacional e internacional, bem como textos ensaísticos, no domínio das artes cénicas, dando prioridade à edição das obras representadas pelo TNDM II, E. P. E.; proceder à venda das respetivas edições, assegurando os direitos editoriais correspondentes; manter um centro de documentação, bem como uma livraria e loja especializadas em teatro.

Para a prossecução dos seus objetivos e como forma de potenciar a capacidade de iniciativa e realização da sua estrutura interna, o TNDM II, E. P. E., pode celebrar com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, acordos de colaboração técnico-artística.



O cumprimento, nos termos que venham a ser definidos, das obrigações estatutárias, confere ao TNDM II o direito a uma indemnização compensatória de montante a definir anualmente em Resolução de Conselho de Ministros.

As orientações estratégicas para as empresas públicas correspondem ao exercício da função política do Governo que, por Resolução do Conselho de Ministros, define e aprova o conjunto de medidas ou diretrizes relevantes para o equilíbrio económico e financeiro do sector empresarial do Estado.

No âmbito do sector empresarial do Estado, as orientações sectoriais são emitidas com base nas orientações estratégicas referidas. A função acionista nas empresas públicas do setor empresarial do Estado é exercida exclusivamente pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças, com faculdade de delegação, sem prejuízo da devida articulação com o membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade.

As orientações estratégicas, que competem à tutela das Finanças passam por:

- a) Definição das orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial reportada a cada triénio;
- b) Definição dos objetivos e resultados a alcançar em cada ano e triénio, em especial, os económicos e financeiros;

As orientações sectoriais, que competem exclusivamente à tutela da Cultura, passam por:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis ao TNDM II;
- c) Definir os objetivos a alcançar no exercício da respetiva atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

As orientações estratégicas e sectoriais vinculam os titulares dos cargos de administração das empresas públicas, nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

Não tendo sido celebrado o Contrato Programa entre o Estado e o TNDM II desde 2009, os objetivos e metas apresentados têm sido definidos em sede do Plano de Atividades e Orçamento.

São quatro as perspetivas por que se rege a ação da Administração do TNDM II: a do cliente, a da promoção da imagem e atividade do TNDM II, a da otimização e qualificação dos recursos humanos e a financeira. Estas quatro perspetivas resultam em 8 linhas de orientação estratégicas.

Em síntese, é possível apontar os resultados mais relevantes deste ano de 2015:

- ✓ Visando o cliente, os objetivos que consistiram em garantir padrões de excelência, manter o volume da atividade artística, captar novos públicos e assumir iniciativas de responsabilidade social, foram prosseguidos através dos seguintes aspetos:
  - Para além da habitual utilização dos três espaços convencionais (Sala Garrett, Sala Estúdio e Salão Nobre), inaugurou-se uma linha de programação em espaços alternativos dentro do próprio teatro, assim como na sua área envolvente, num esforço de aproximar o edifício da comunidade e de tornar um teatro público o mais acessível quanto possível. Através desta diversificação, o volume da atividade artística aumentou.
  - O trabalho regular com o contexto escolar e a aposta na relação Teatro e Educação ganha novo fôlego a partir do segundo semestre ao tornar-se uma linha de programação mais desenvolvida e consolidada, com o objetivo de garantir que, em cada temporada, o D. Maria II apresenta espetáculos para crianças e jovens de todas as idades dos níveis de ensino, da creche ao secundário.
  - A adequação da promoção e divulgação da diferente atividade a diversos públicos-alvo;
  - A atualização da base de dados de contatos privilegiados do TNDM II com vista a uma cada vez mais eficaz comunicação da atividade do Teatro;
  - A existência de condições especiais e diversificadas no acesso às atividades, expressas numa revisão do preço;
  - Continuidade da promoção de um conjunto de sessões para públicos desprotegidos e com necessidades especiais.
- ✓ Por seu turno, tendo como objetivo promover a imagem e a atividade do TNDM II, procedeu-se:
  - Renovação da imagem institucional e implementação de uma nova estratégia de comunicação;

- Estabelecimento de uma nova política de presença e comunicação nas redes sociais;
  - À dinamização da Biblioteca|Arquivo e Livraria marcando presença em várias feiras e festivais;
  - À continuidade do projeto editorial que através da sua política de ofertas a bibliotecas e salas de documentação, escolas de artes cénicas e universidades, reforça e consolida a sua posição, afirmando-o como um dos mais importantes editores de teatro em Portugal;
  - O grande incremento da digressão nacional e internacional a partir de abril de 2015, com várias primeiras presenças em diversos países.
- ✓ Quanto à perspectiva otimização e qualificação dos recursos humanos, procedeu-se:
- À promoção de formação profissional, através de ações distintas ao longo do ano;
  - À promoção de uma atividade semanal continuada de âmbito físico, mental e energético, através de aulas de IOGA, orientadas no Salão Nobre por um mestre, e especialmente destinada aos seus colaboradores, proporcionando-lhes uma melhor qualidade do ambiente de trabalho.
- ✓ Quanto à perspectiva financeira, apesar das dificuldades em gerir o Teatro sem um autofinanciamento adequado, e na dependência de verbas a atribuir pelas suas tutelas, foi possível apresentar bons resultados, comparando com as metas estabelecidas, traduzidos nos seguintes indicadores:
- Cobertura dos Custos da Programação através de Venda de Bilheteiras (34,7% vs. uma meta de 31,2%);
  - Vendas nas Livrarias, bastante superiores à meta estabelecida, tanto nas Edições Próprias como nos outros livros, obtendo um desvio favorável de 14,3% e de 155,6%, respetivamente, o que em termos de unidades representa um desvio favorável de 102% e 342,2%, respetivamente;
  - Controlo de Custos (referenciado através de CMVMC + FSE + Gastos com o Pessoal), regista um acréscimo em 150.763,94€ (3,7%) face ao estipulado como meta, devido ao aumento da atividade resultante do novo projeto artístico (não definido em orçamento), bem como pela exploração de espetáculos, gerando



aumentos nos custos com a difusão. Salienta-se que os custos da difusão se encontram cobertos por receita da venda de espetáculos e que o Fundo de Fomento Cultural reforçou o seu apoio à nova programação (de setembro a dezembro de 2015), no valor de 163.142,69€, uma vez que uma parcela significativa do orçamento estava afeta à programação de janeiro a julho de 2015 (esta programação ainda da responsabilidade do anterior Diretor Artístico);

- Resultados de Exploração (através do EBITDA), com um desvio favorável, face ao expectável;
- Aumento da credibilidade com Terceiros (PMP=19 dias).

Em resumo, apresenta-se o Quadro de Bordo com os objetivos e metas estabelecidos para 2015 e grau de cumprimento.

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Específicos	Metas Objetivos 2015	Unid.	Real 2015	Desvio 2015	Desvio %
LOF 2 - Manutenção do Volume de Atividade artística	N.º de Espetáculos	Sala Garrett	N.º Sessões	136	Unid.	149	13	9,6%
		Sala Estúdio	N.º Sessões	176	Unid.	151	-25	-14,2%
		Salão Nobre e Outros Locais	N.º Sessões	177	Unid.	418	241	136,2%
	N.º de Espectadores	Sala Garrett	Entradas Pagas	30.215	Unid.	28.718	-1.497	-5,0%
			Entradas Livres	2.398	Unid.	10.678	8.280	345,3%
		Sala Estúdio	Entradas Pagas	9.519	Unid.	5.122	-4.397	-46,2%
			Entradas Livres	513	Unid.	2.723	2.210	430,8%
		Salão Nobre e Outros Locais	Entradas Pagas	1.700	Unid.	15.794	14.094	829,1%
			Entradas Livres	3.000	Unid.	24.658	21.658	721,9%

Fonte: Departamento de Relações Externas, Direção de Documentação e Património

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Especificos		Metas Objetivos 2015	Unid.	Real 2015	Desvio 2015	Desvio %	
LOI 3 - Criação de Novos Públicos e Alargamento ao Público Escolar	N.º de Espectadores	TNDM:II	Publico em Geral		Entradas Pagas	38.434	Unid.	45.965	7.531	19,6%
					Entradas Livres	5.571	Unid.	37.693	32.122	576,5%
			Publico Escolar	N.º Alunos	Entradas Pagas	3.000	Unid.	3.669	669	22,3%
					Entradas Livres	60	Unid.	0	-60	-100,0%
				N.º Professores	Entradas Livres	280	Unid.	366	86	30,7%
			N.º de registos da base de dados de contactos		11.000	Unid.	11.000	0	0,0%	

Fonte: Departamento de Relações Externas, Direcção de Documentação e Património

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Especificos		Metas Objetivos 2015	Unid.	Real 2015	Desvio 2015	Desvio %
LOI 4 - Iniciativas de Responsabilidade Social	Programa de Voluntariado	TNDMII	N.º Voluntários		20	Unid.	23	3	15,0%
	Programa de Estágios	TNDMII	N.º Estagiários		30	Unid.	9	-21	-70,0%
	Alunos carenciados	TNDMII	Bilhete de 1€ (25% do bilhete para escolas)		500	Unid.	580	80	16,0%
	Seniores	TNDMII	N.º de Espectadores seniores		2.200	Unid.	2.609	409	18,6%
	Necessidades Especiais	TNDMII	N.º de Espectadores com necessidades especiais		300	Unid.	100	-200	-66,7%

Fonte: Departamento de Relações Externas, Direcção de Documentação e Património

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Específicos	Metas Objetivos 2015	Unid.	Real 2015	Desvio 2015	Desvio	%
LOE 5 - Promoção da Imagem do Teatro e Atividade: Edição/Biblioteca/Arquivo/Acervo Patrimonial/Site do TNDM II	Edições	TNDM II	N.º Publicação de Textos Teatrais	2	Unid.	2	0	0,0%	
			N.º Publicação de Estudos	2	Unid.	4	2	100,0%	
			Vendas na Livraria	Edições	200	Unid.	404	204	102,0%
				Outros	1.200	Unid.	5.306	4106	342,2%
	Biblioteca/Arquivo	TNDM II	catálogo bibliográfico	media mensal de utilizadores	1.300	Unid.	3.030	1730	133,1%
			Biblioteca/Arquivo	N.º Utilizadores	120	Unid.	75	-45	-37,5%
				N.º de Empréstimos	20	Unid.	57	37	185,0%
				N.º de pedidos respondidos	120	Unid.	112	-8	-6,7%
				N.º de obras consultadas	500	Unid.	1.104	604	120,8%
				N.º de reproduções vendidas	300	Unid.	2.850	2550	850,0%
				N.º de registos bibliográficos normalizados criados	3.000	Unid.	2.850	-150	-5,0%
	Acervo Patrimonial	TNDM I	N.º de registos em base de dados de Adereços		50	Unid.	53	3	6,0%
			N.º de registos em base de dados de Guarda-Roupa		360	Unid.	136	-224	-62,2%
	Site do TNDM II	TNDM I	media mensal de acessos/visitantes		16.000	Unid.	17.825	1825	11,4%

Fonte: Direção de Documentação e Património, Direção Administrativa e Financeira

Estratégias	Indicadores Comuns	Identidade	Indicadores Específicos	Metas Objetivos 2015	Unid.	Real 2015	Desvio 2015	Desvio	%
LOE 7 - Manutenção de Receitas Próprias	Peso do Esforço Financeiro Público	TNDM II	Indemnização/Compensação/Proveitos	72,2%	%	68,5%	-	-3,7%	
	Volume de Negócios	TNDM II	Vendas de Bilheteira/Custo Programação	31,2%	%	26,8%	-	-4,4%	
			Vendas na Livraria	Edições	1.000,00	€	1.142,63	142,63	14,3%
				Outros	8.800,00	€	22.489,50	13.689,50	155,6%
			Mecenage	10.000,00	€	4.000,00	-6.000,00	-60,0%	
LOE 8 - Controlo de Custos e Aumento da Produtividade	Gastos Operacionais	TNDM II	CIN/MAC + FSE + DP	4.110.934,79	€	4.261.698,73	150.763,94	3,7%	
	Resultados de Exploração	TNDM II	EBITDA (>0)	224.564,90	€	321.437,04	96.872,14	43,1%	
	Rácio	TNDM II	Autonomia Financeira (Custos)/Programa/Adqu. Liquidat.	80,5%	%	79,1%	-	-1,4%	
			VAE = (Vendas + P. Serviços + Procu. Suplementares + Subsídios à Exploração) - (CIN/MAC + FSE + Impostos + Outros Custos Operac.)	2.616.700,03	€	2.665.097,60	48.397,57	1,8%	
			Rácio de produtividade VAE / Empregados	30.077,01	€	32.109,61	2.032,60	6,8%	
			Praxe média de Fornecedores (Fornecedores/Compras) 365	30	dias	29	-11	-36,6%	

Fonte: Direção Administrativa e Financeira

Para a concretização dos resultados a que o TNDM II se propõe salienta-se como fatores-chave:

- a definição de um projeto artístico e cultural que coloca o TNDM II, também enquanto património, ao serviço da fruição e da criação nacional e internacional do presente. Um Teatro Nacional que aposte fortemente na relação com a infância e juventude, a educação e a inovação, dando cumprimento à missão do serviço público a que está obrigado;
- dotação financeira regular e anual do Estado para que o Teatro possa cumprir os seus objetivos e prosseguir obrigações de fins de interesse público.

### **III. Estrutura de capital**

Em 2007, aquando da transformação do TNDM II, S.A. para TNDM II, E.P.E., foram transformados em capital estatutário inicial, integralmente realizado pelo Estado, os 1.000.000 euros do capital social já realizado do TNDM II, S.A..

O capital estatutário pode ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura.

Há a referir a redução prevista do capital estatutário para 200.000 euros, em resultado da nomeação de um único administrador, conforme estabelecido nos Estatutos do TNDM II, nos artigos 4º e 5º, Capítulo I, Anexo III, do Decreto-Lei n.º 208/2012 de 7 de setembro, e conforme o n.º 2 do art. 390º do Código das Sociedades Comerciais, que ficou sem efeito por via da suspensão deste Decreto-Lei desde 2013 e até 2015, conforme art.º 259º do Decreto-Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro.

O TNDM II, E.P.E. é detido na sua totalidade pelo acionista Estado – Direção Geral do Tesouro e Finanças, não existindo quaisquer acordos parassociais.

### **IV. Participações Sociais e Obrigações detidas**

O TNDM II, bem como os seus órgãos sociais (Conselho de Administração e Fiscal Único), não são titulares, direta ou indiretamente, de participações noutras entidades.

Os membros do Conselho de Administração não detêm qualquer participação em entidades de natureza associativa ou fundacional e não prestaram quaisquer garantias financeiras ou assumiram dívidas ou passivos de outras entidades.

Os membros dos órgãos da administração e de fiscalização não detêm quaisquer ações e obrigações.

Desde 2011 que passou a vigorar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em cumprimento com a Recomendação n.º 1/2009 de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, entidade administrativa independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas, que desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas. O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi elaborado tendo em conta essas Recomendações e considerando a importância em consolidar o Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E. (TNDM II) num regime articulado e coerente de boas práticas da sua gestão e administração. Adicionalmente, em 2013, pela Recomendação n.º 5/2012 do CPC, de 7 de novembro, passou a contemplar os mecanismos de acompanhamento e gestão de conflitos de interesse. O Plano foi atualizado em dezembro de 2014.

Neste Plano, estão identificados os principais riscos, mensurados como Fracos, Moderados e Elevados; as Medidas Preventivas e os Mecanismos de Controlo Interno. Foi ainda estabelecido que será subscrito, por todos os trabalhadores, declarações de inexistência de conflitos de interesse relativamente a cada procedimento que lhe seja confiado no âmbito das suas funções e no qual, de algum modo, tenha influência e, ainda, subscrito, por todos os funcionários que se encontrem em regime de acumulação de funções, declaração atualizada em que assumam de forma inequívoca que as funções acumuladas não colidem sob forma alguma com as funções públicas que exercem, nem colocam em causa a isenção e o rigor que deve pautar a sua ação.

Ao nível do Conselho de Administração (CA), enquanto Medidas de Prevenção, este está obrigado a cumprir a legislação, regulamentos, regras e orientações, bem como sujeito à fiscalização e superintendência, tais como: Deveres e obrigações previstos no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de março); Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (Lei n.º 64/1993 de 26 de agosto); Princípios consagrados na «Carta Ética da Administração Pública - Dez princípios éticos da

Administração Pública», tais como da legalidade, da justiça, da imparcialidade, da lealdade e da integridade; Obrigações e deveres de informação e prestação de contas consagrados na lei e nos Estatutos do TNDM II; Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética TNDM II e normas de conduta aprovadas pelo Conselho de Administração que se encontram vertidas nos Regulamentos Internos em vigor; Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei; Legislação em vigor relativa a recursos humanos e trabalho; Regulamentos internos e Código de Ética e Normas de Conduta; os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas; obrigatoriedade de 2 assinaturas para despesas das rubricas de Investimento, Pessoal e despesas superiores a 5.000€; Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor; Reuniões regulares do CA; Superintendência e tutela das Finanças e Cultura; Audiência e pedido de pareceres do jurista e/ou TOC e/ou ROC.

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos desse Conselho.

No início do mandato, os membros do Conselho de Administração declararam ao Tribunal Constitucional e Procuradoria Geral da República sobre a inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, cumprindo os deveres de informação previstos no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, bem como tudo o que lhes é aplicável, com as necessárias adaptações, no disposto pela Lei n.º 64/93, de 26 de agosto.

## **V. Órgãos Sociais e Comissões**

O TNDM II, enquanto empresa pública, assume um modelo de governo societário que assegura a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização.

No quadro das orientações estratégicas e assim que definidas as orientações sectoriais e objetivos, e aprovados os planos de atividades e orçamento, o titular da função acionista, no caso o membro do Governo com a tutela das Finanças, abstêm-se de interferir na atividade prosseguida pelo Conselho de Administração do TNDM II.

Em 2015, o órgão de administração do TNDM II integrou, até 9 de janeiro, três membros (dois homens e uma mulher), passando a partir dessa data a integrar um homem e duas mulheres, respeitando sempre a presença plural de homens e mulheres na sua composição.

Com a publicação, em 2013, do novo regime que define os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, o Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, o Conselho de Administração deverá integrar sempre um elemento designado ou proposto pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, que deve aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa pública seja superior a 1 % do ativo líquido. A DGTF deve estar representada no órgão de administração das empresas públicas, através de um ou mais membros não executivos, não se aplicando neste caso o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

O TNDM II não adotou nenhuma das modalidades previstas nas alíneas b) ou c) do n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo as funções de fiscalização asseguradas por um Fiscal Único.

De acordo com o artigo 5º dos Estatutos, o TNDM II, E.P.E. tem como órgãos sociais o Conselho de Administração e o Fiscal Único, com as competências fixadas na lei e nos referidos Estatutos.

### **A. Assembleia Geral**

Não existe Assembleia Geral, pois de acordo com os Estatutos, são Órgãos Sociais do TNDM II:

- O Conselho de Administração
- O Fiscal Único

### **B. Administração e Supervisão**

O Teatro Nacional D. Maria II é, desde 27 de Abril de 2007 (Decreto-Lei nº 158/2007), uma Entidade Pública Empresarial que assegura um serviço público na área da criação teatral. O TNDM II, rege-se pelas normas legais que lhe sejam especialmente aplicáveis, pelos seus Estatutos e respetivos regulamentos de execução, e subsidiariamente pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado e demais legislação aplicável às empresas públicas e, na sua falta, pelas normas de direito privado.



São órgãos do TNDM II, E. P. E., com as competências fixadas na lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. A estrutura orgânica da TNDM II, integra, obrigatoriamente, as funções de Diretor Artístico. De acordo com os nºs 1 e 6 do artº6 dos Estatutos do TNDM II, o Conselho de Administração é composto por 3 elementos (um presidente e dois vogais) com mandatos com a duração de três anos, renovável por iguais períodos.

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e dois vogais. Os membros do Conselho de Administração são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e das finanças. O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos, sendo renovável por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição. Um dos membros do Conselho de Administração pode assumir as funções de Diretor Artístico, mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Cultura e das Finanças.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	[Entidade pagadora]	(O/D)
10/01/2015-09/01/2018	Presidente do CA	Miguel Honrado	( R )	8-jan-15	TNDM II	( D )
10/01/2015-09/01/2018	Vogal do CA	Cláudia Belchior	( R )	8-jan-15	TNDM II	( D )
10/01/2015-09/01/2018	Vogal do CA	Sofia Campos	( R )	8-jan-15	TNDM II	( D )
02/12/2011-09/01/2015	Presidente do CA	Carlos Vargas	( R )	2-dez-11	TNDM II	( D )
02/12/2011-09/01/2015	Vogal do CA	António Pignatelli	( R )	2-dez-11	TNDM II	( D )
02/12/2011-09/01/2015	Vogal do CA	Sandra Simões	( R )	2-dez-11	TNDM II	( D )

Todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos. No âmbito das suas funções os membros do Conselho de Administração cumpriram as suas obrigações junto da Procuradoria-Geral da República e do Tribunal Constitucional, no início do seu mandato, não tendo contudo remetido ao Inspeção-Geral das Finanças, nem ao órgão de fiscalização, as declarações obrigatórias no âmbito da prevenção de conflitos de interesse, nomeadamente quanto à detenção de quaisquer participações patrimoniais, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes ou quaisquer outros parceiros de negócio. A referida obrigação será sanada na presente data e figurará em anexo a este relatório.

Os membros do conselho de administração não exercem simultaneamente cargos noutras empresas, dentro ou fora do grupo, ou outras atividades relevantes no exercício.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, semanalmente e extraordinariamente sempre que convocado pela presidente ou por solicitação de dois membros do conselho de administração



ou do Fiscal Único, sem prejuízo de fixação pelo conselho, de calendário de reuniões com maior frequência. De todas as reuniões são lavradas as respetivas atas. Desde o início do seu mandato que todos os membros compareceram, sem falta, a todas as reuniões efetuadas, tendo sido realizadas em 2015 um total de 39 reuniões. O anterior Conselho de Administração reuniu uma vez em 2015.

Nos termos dos Estatutos, não existem quaisquer comissões no âmbito do Conselho de Administração.

Em 2015 a distribuição de funções e responsabilidades era a seguinte:

- O Presidente, Miguel Alcobia de Moraes Sarmiento Honrado, responsável pela coordenação das áreas das Direções de Relações Externas e Frente da Casa, Comunicação e Imagem, Técnica e área de Recursos Humanos.
- O Vogal, Cláudia Sofia de Oliveira Belchior, responsável pela coordenação das Direções de Manutenção, Produção e a Direção Administrativa e Financeira.
- A Vogal, Sofia Pacheco de Campos Carvalho, é responsável pela coordenação das Direções de Documentação e Património e Cena.

Mais deliberou o Conselho de Administração, delegar as seguintes competências em cada um dos seus membros e no âmbito dos respetivos pelouros:

Em matéria de gestão de recursos humanos:

- ✓ A direção funcional do pessoal;
- ✓ As alterações de horário de trabalho;
- ✓ A autorização para a prestação de trabalho suplementar;
- ✓ A autorização para o gozo de descansos compensatórios;
- ✓ A alteração do plano de férias;
- ✓ A classificação das faltas ao trabalho.

Em matéria de assunção de encargos e realização de despesas:

- ✓ No sentido de agilizar e desburocratizar procedimentos, o Conselho de Administração deliberou delegar, em cada um dos seus membros, competência para autorizar, isoladamente, despesas até ao montante de €5.000,00 (cinco mil euros) e designadamente nos procedimentos sob o regime simplificado, previsto no art.º 128º do Código dos Contratos Públicos.

Manter na exclusiva competência do Conselho de Administração:

- ✓ Fazer depender da assinatura de dois membros do Conselho de Administração a prática de atos de execução do Plano de Investimento aprovado pelo Conselho de Administração, desde que as respetivas verbas tenham cobertura orçamental;
- ✓ Atos de assunção de encargos superiores a €5.000,00 (cinco mil euros) e todos os de carácter plurianual;
- ✓ As transferências de verbas entre rubricas orçamentais;
- ✓ O desenvolvimento técnico e gestão de recursos humanos incluindo a contratação de pessoal;

Foi delegada no Presidente do Conselho de Administração, a competência para a prática de quaisquer atos da competência de outro membro do Conselho que se encontre ausente ou impedido do exercício das suas funções.

Depende de autorização do Conselho, sob proposta fundamentada de qualquer dos seus membros, qualquer subdelegação de competências.

Nenhum dos membros do Conselho de Administração tem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto, sendo que o Estado é o único detentor de capital estatutário.

A avaliação do desempenho dos administradores e da qualidade da gestão compete às tutelas das Finanças e Cultura. Esta tem sido efetuada em sede de aprovação dos Relatórios e Contas, através de votos de confiança.



As empresas públicas estão submetidas à jurisdição e ao controlo exercido pelo Tribunal de Contas, nos termos da lei, e estão igualmente submetidas ao controlo da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), nos termos da lei.

*Presidente CA - Miguel Alcobia de Moraes Sarmiento Honrado*

**Data de nascimento:**

27 de junho de 1965

**Graus académicos:**

Licenciatura em História (1987), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas;

Pós Graduação em Curadoria e Organização de Exposições, Fundação Calouste Gulbenkian/Escola de Belas Artes.

**Experiência profissional:**

2007 - 2014 | Presidente do Conselho de Administração, EGEAC — Empresa de Equipamentos e Gestão Cultural;

2013 | Membro do Conselho Consultivo do Programa de Educação para a Ciência e Cultura, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

2007 | Membro da Comissão de Avaliação do programa de apoio a projetos transdisciplinares, Ministério da Cultura — Direção Geral das Artes, Lisboa;

2006 | O Estado do Mundo — Evento de comemoração do 50.º Aniversário da FCG;

Curador da programação cultural nos jardins da fundação, evento designado “Jardim do Mundo”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

2006 | Membro da Comissão Artística com Isabel Alves Costa conceção e lançamento do novo projeto cultural da associação, Associação Comédias do Minho, Paredes de Coura;

2006 – 2013 | Docente da licenciatura ramo de Produção (Gestão Cultural) e Docente do Mestrado em Produção (Políticas Culturais e Programação Cultural), Escola Superior de Teatro e Cinema, Lisboa;

2005 - 2007 | Presidente do Conselho de Administração, IRIS — Associação Sul Europeia Para a Criação Contemporânea, Paris;

2003 | Docente convidado do Mestrado em Gestão Cultural, cadeira de Políticas Culturais, Universidade Lusófona, Lisboa;

2003 - 2006 | Diretor Artístico, Teatro Viriato — Centro regional das Artes e Espetáculos das Beiras (CRAEB), Viseu;

2003 - 2004 | Membro do júri do Prémio Madalena Perdigão, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

2002 - 2003 | Diretor de Produção/Assistente de programação, Teatro Municipal São Luiz, Lisboa;

2001 | Organizador e programador com a pianista Maria João Pires do programa de concertos de verão, Belgais — Centro para o Estudo das Artes, Castelo Branco;

2001 - 2002 | Coordenador do Departamento de Dança, IPAE — Instituto Português das Artes do Espetáculo, Lisboa;

1999 - 2001 | Adjunto do Diretor do Departamento de Dança. Responsável designadamente pelo acompanhamento e enquadramento das entidades regularmente financiadas no domínio da Dança, IPAE — Instituto Português das Artes do Espetáculo, Lisboa;

1999 | Diretor de Produção, Festival dos Oceanos, Lisboa (1.<sup>a</sup> edição);

1998 - 1999 | Membro do júri de atribuição de apoio à atividade artística de carácter profissional e de iniciativa não -governamental no domínio da Dança (apoios pontuais e estruturais), IPAE — Instituto Português das Artes do Espetáculo, Lisboa;

1995 - 1998 | Coordenador do Pavilhão da Utopia, Chefe de Projeto da programação cultural/Festival dos Cem Dias, Produção do Teatro Camões e Companhia RE.AL/João Fiadeiro;

EXPO'98 | Exposição Mundial de Lisboa 1998, Lisboa;

1994 - 1995 | Adjunto da Direção de Produção. Responsável pela programação internacional apresentada no Teatro no âmbito da programação de Lisboa'94 Capital Europeia da Cultura, Teatro Nacional D. Maria II, Lisboa;

1989 - 1993 | Realização de vários projetos no âmbito da Criação, lançamento e gestão da empresa de produção de espetáculos "Are e Empresa", Lisboa;

1988 - 1989 | Elemento da equipa responsável pela inventariação e avaliação do património arquitetónico da Colina do Castelo, Lisboa. Elaboração do Plano de Salvaguarda e Restauração do Património (PSRP), Câmara Municipal de Lisboa, Direção Urbanística.

**Formação profissional complementar:**

Estágio profissional Séjour Culture (2004), Maison des Cultures du Monde, Paris;

Estágio profissional, Les Politiques Culturelles et leur Administration (2006), Observatoire des Politiques Culturelles, Grenoble;

Estágio profissional, Economie de la Culture (2014) Université Paris Dauphine, Paris;

Estágio como Bolseiro do Insitut de Théâtre Flamand e do Festival Europália (1991), Centro Cultural Singel, Antuérpia.

**Publicações e artigos:**

Públicos da Cultura e Serviços Educativos, novos desafios? Viagem ao Continente da Multiplicação de Sentidos in Serviços Educativos na Cultura, Coord. Sara Barriga e Susana Gome da Silva, ed. Sete Pés, 2007;

Posfácio in Alves Costa, Isabel, Rivoli 1989 -2006, Ed. Afrontamento, 2008;

O Modelo Português in A Metamorfose das Paisagens Comedias do Minho 2004 -2013, Ed. Associação Comedias do Minho 2014.

*Vogal do CA - Cláudia Sofia de Oliveira Belchior*

**Data de nascimento:**

2 de fevereiro de 1967

**Graus académicos:**

Licenciatura em História (1989), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Mestrado em History/Field Techniques and Analytical Archaeology (1992), University College London (MA);

Pós Graduação em Gestão Cultural nas Cidades (2001), INDEG/Business School, ISCTE.

**Experiência profissional:**

2012 -2014 | Diretora da Direção das Artes do Espetáculo, Fundação Centro Cultural de Belém;

2010 -2012 | Coordenadora da Direção do Centro de Espetáculos, Fundação Centro Cultural de Belém;

2008 - 2010 | Adjunta para o planeamento e orçamento da Direção do Centro de Espetáculos, Fundação Centro Cultural de Belém;

2008 - 2010 | Lecionação das disciplinas de Direção de Cena e Direção Técnica, Restart;

2006 - 2008 | Diretora de Produção do Fórum Cultural "O Estado do Mundo" no âmbito do cinquentenário da Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Calouste Gulbenkian;

2003 - 2007 | Lecionação da disciplina de Produção de Espetáculos, Instituto de Novas Profissões (4.º ano da Licenciatura em Turismo e Eventos);

1996 - 2006 | Diretora de Cena, Fundação Centro Cultural de Belém;

1995 – 1996 | Técnica Superior, Departamento de Cultura, Câmara Municipal de Sintra;

1993 – 1995 | Técnica Superior, Departamento de Cultura, Câmara Municipal de Cascais.

*Vogal do CA – Sofia Pacheco de Campos Carvalho*

**Data de nascimento:**

30 de Outubro de 1971

**Graus académicos:**

Bacharelato em Dança — Ramo de Espetáculo (1996), Escola Superior de Dança, Lisboa;

Licenciatura em Gestão das Artes na Cultura e na Educação (2001), Escola Superior de Educação Jean Piaget, Almada;

Mestrado em Práticas Culturais em Municípios (2010), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

**Experiência profissional:**

2012 – 2014 | Diretora Executiva — Administração e assessoria artística, Alcantara Associação Cultural;

2011 - 2012 | Direção de produção do Alcantara Festival 2012, Alcantara Associação Cultural;

2011 – 2014 | Membro fundador, SUMO, Associação de Difusão Cultural;

2011 | Responsável pela difusão do trabalho da artista Filipa Francisco, Materiais Diversos;

2005 - 2014 | Consultoria de produção, Diversos projetos independentes nas áreas da dança, teatro, artes visuais, vídeo e cinema;

2010 - 2011 | Docente da unidade curricular “Produção” da Licenciatura em Artes Performativas, ESTAL — Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa;

2010 - 2011 | Formadora do módulo “Eventos Culturais” do Curso de Produção e Marketing de Eventos Culturais, RESTART — Instituto da Criatividade, Artes e Novas Tecnologias;

2010 - 2011 | Docente da unidade curricular “Produção Estratégica” no Mestrado em Criação Coreográfica Contemporânea (1.º semestre), ESD — Escola Superior de Dança/ Instituto Politécnico de Lisboa;

2009 | Membro do júri da área da Dança para jovens criadores, Clube Português de Artes e Ideias;



2008 - 2009 | Assessoria de programação e redação do projeto Dansul — Criação, formação e programação em Dança para a comunidade no sudeste alentejano, AMDA — Associação em Mértola para Desenvolver e Animar;

2008 | Participação no grupo de discussão da cultura no âmbito do evento Novo Portugal: opções de uma geração, ANJE — Associação Nacional de Jovens Empresários e a SEDES;

2007 | Docente da unidade curricular “Produção em dança” (2.º semestre), ESD — Escola Superior de Dança/ Instituto Politécnico de Lisboa;

2007 | Participação no Painel de Validação do projeto Tuning: Dança e Teatro, que teve lugar em Bruxelas, Comissão Europeia — Tuning Educational Structures in Europe;

2005 | Orientação do workshop de “Produção de espectáculos” na cidade de Maputo/Moçambique, APA em colaboração com o Instituto Camões;

2003 -2011 | Diretora de produção e de difusão, coordenação do Atelier Real, centro de residências artísticas RE.AL — criação, formação e produção artísticas, L.da;

2002 | Assistência de produção do Festival DANÇAS NA CIDADE, Danças na Cidade;

2002 | Direção de cena de Match Nulo (2002) do coreógrafo Rafael Alvarez, O Rumor do Fumo;

2002 | Coordenação da direção de cena do evento “para a mónica” (homenagem à bailarina Mónica Lapa), Teatro Maria Matos em Lisboa;

2001 -2003 | Direção de cena, assistente de produção e de encenação de diferentes espetáculos, Cultural Kids;

2001 | Direção de cena e assistente de produção de Entradas de Palhaços (2000) do encenador António Pires, Produção de teatro e cinema;

2000 | Direção de cena e assistência de produção de Petróleo (2000) da coreógrafa Filipa Francisco, EIRA;

2000 | Produção executiva do Festival Lugar à dança, Vo'Arte;

1999 - 2000 | Produção executiva, C.E. M. — Centro Em Movimento;

1997 | Assistência de produção do Festival DANÇAS NA CIDADE, Danças na Cidade;



1996 | Produção executiva, difusão dos espetáculos e direção de cena Nu meio e O nariz do meu pai dos coreógrafos Filipa Francisco e Bruno Cochat, Produção executiva, difusão dos espetáculos e direção de cena Nu meio e O nariz do meu pai dos coreógrafos Filipa Francisco e Bruno Cochat;

1993 | Assistência de produção, Teatro Maria Matos — Maratona para a Dança.

### C. Fiscalização

As funções de fiscalização são asseguradas por um Fiscal Único, que é o nosso Revisor Oficial de Contas.

De acordo com os Estatutos, o TNDM II não possui Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras.

O Fiscal Único é também o ROC da Sociedade. Consequentemente, não lhe é aplicável a exigência de menção dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas. Naturalmente que, tratando-se de uma SROC, a sua atividade envolve a prestação de serviços de revisão legal de contas à sua carteira de clientes.

No que se refere à contratação de serviços adicionais, em 2015 foi contratada à SROC a prestação de serviços relacionados com a certificação de um projeto de candidatura ao QREN/ PORL - Plano Operacional da Região de Lisboa. Tratou-se de serviços não diretamente relacionados com a revisão legal das contas, enquadrados num processo de ajuste direto simplificado, por envolver um montante inferior ao limiar estabelecido para este tipo de procedimento.

O Fiscal Único não exerce outras funções do TNDM II.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)
			Forma (1)	Data	
2015-2017	Efetivo	Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. (SROC n.º 191) representada pelo Dr. Vitor Manuel	( R )	5-jun-15	1.068,20
	Suplente	Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. (SROC n.º 191) representada pela Dr.ª Carla			

### D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

De acordo com os Estatutos, o Fiscal Único (ROC) é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do TNDM II. Os estatutos do Teatro estabelecem, no seu artigo 13º que "o Fiscal Único é nomeado por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, escolhido obrigatoriamente de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas, por um período de três anos, apenas renovável uma vez"

A remuneração do Fiscal Único é fixada no despacho referido anteriormente.

O Fiscal Único tem sempre um suplente, que é igualmente revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas. Cessando o mandato, o Fiscal Único mantém-se em exercício de funções até à posse do respetivo substituto.

A 5 de junho de 2015, através do Despacho do Ministério das Finanças e Presidência do Conselho de Ministros, foi nomeado o atual ROC para um mandato de três anos.

A remuneração encontrava-se fixada até 4 de junho de 2015 em 25% do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração. A partir do Despacho acima referido, a remuneração é fixada em 22,5% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento total mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração.

O Fiscal Único exerceu o mandato designado pelo Despacho Conjunto de 13 de julho de 2007, com início em 2007 e término em 2009, tendo sido renovado tacitamente no período de 2010 a 2015, data do atual mandato, devido à ausência de renomeação ou substituição.

O ROC exerce funções consecutivamente há 9 anos; o mandato do atual ROC foi objeto de renovação uma vez, encontrando-se por isso no exercício do seu último mandato.

Em 2015, e pela primeira vez, a SROC em que o ROC se integra prestou ao Teatro serviços relacionados com o processo de validação de uma candidatura a fundos do QREN/ PORL - Plano Operacional da Região de Lisboa, no montante de 4.800 euros.

O TNDM II submeteu em 2015 uma candidatura ao Programa Operacional Regional de Lisboa – Reabilitação Urbana, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) intitulada "Nacional Património", em regime de *overbooking*, para financiamento de diversas intervenções

de reabilitação operadas no edifício e equipamentos durante o período de 2011 a 2015. Com a aprovação da candidatura e por motivos de restrição de recursos humanos na equipa da Direção Administrativa e Financeira, foi convidada a empresa Vítor Almeida & Associados, SROC para prestação de serviços especializados tendo em vista a análise e tratamento da informação relativa ao preenchimento dos processos de contratação pública (fichas de fornecedor), bem como a preparação dos respetivos pedidos de pagamento.

*Fiscal Único – Dr. Vitor Almeida (efetivo)*

**Data de Nascimento:**

14 de Julho de 1956

**Habilitações Académicas:**

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas. ISCTE, 1976/81, 16 valores de média final.

**Atividade Profissional:**

Revisor Oficial de Contas, Sócio da Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. Responsável pela coordenação e realização de trabalhos de Auditoria e Revisão Legal das Contas em diversas empresas do sector público e privado, designadamente entidades e empresas inseridas nos sectores hospitalar, noticioso, construção civil e obras públicas e particulares, cultura e recreio, teatro, imobiliário, indústria química, indústria gráfica, logística, gestão de espaços comerciais e sociedades gestoras de participações sociais.

Docente Universitário no ISCTE, responsável pela disciplina de Auditoria Financeira, lecionando nas áreas de licenciatura e mestrados.

Consultor do Ministério das Finanças no domínio das Parcerias Público Privadas. Membro de Comissões de Avaliação, de Acompanhamento e de Renegociação de PPP, em representação do Ministro das Finanças.

Quadro da Inspeção Geral de Finanças de 1983 a 1998, tendo ocupado funções dirigentes desde 1989.

Presidente do Conselho Diretivo da Administração Geral Tributária de 2000 a 2003.

Consultor internacional com diversos trabalhos desenvolvidos em Angola, Cabo Verde e Moçambique, alguns deles patrocinados pelo Banco Mundial.

Formador junto de diversas entidades públicas e privadas.

Membro do Júri de exame para inscrição na Lista de Revisores Oficiais de Contas.

Membro da Comissão Técnica das Entidades não Financeiras da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

### **E. Auditor Externo**

O Teatro não tem um auditor externo designado. De acordo com a alínea e) do n.º 2 do art.º 14 dos Estatutos, compete ao Fiscal Único propor a realização de auditorias externas quando tal se mostre necessário ou conveniente. No período em referência, não foi proposta tal medida.

## **VI. Organização Interna**

### **A. Estatutos e Comunicações**

Os estatutos do TNDM II, E.P.E atualmente em vigor foram aprovados pelo Decreto-lei n.º 158/2007, de 27 de abril, reprimado pelo artigo 259.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. A competência para a alteração dos estatutos pertence ao Governo, sob a forma de Decreto-lei.

Atento à natureza e objeto social do TNDM II, e com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional, o Teatro possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que inclui conflitos de interesses, bem como um Código de Ética.

### **B. Controlo interno e gestão de riscos**

O sistema de controlo interno do TNDM II desenvolve-se em torno de aspetos administrativos que têm influência direta nos aspetos contabilísticos. Um sistema contabilístico fiável deve estar assente num sistema adequado, e só assim se pode confiar na informação por ele gerada. Informações contabilísticas distorcidas podem levar a conclusões erradas e consequentes tomadas de decisão danosas para a empresa.

Um sistema de controlo interno eficaz ajuda o órgão de gestão a responder a questões associadas a assuntos de interesse estratégico, operacional, e de gestão, entre as quais:

- A atividade está a correr bem ou mal?

- Que problemas devem ser analisados?
- Dos diversos métodos de execução de uma tarefa, qual a mais apropriada?

O processo de controlo interno consistiu em cinco componentes:

- Caracterização da entidade;
- Avaliação de riscos relevantes (tanto internos como das condições envolventes);
- Atividade de controlo (políticas e procedimentos que permitem garantir a observância das orientações da gestão e o alcance dos seus objetivos);
- Informação e comunicação (identificação de informação estratégica e adequabilidade da sua comunicação);
- Acompanhamento do seu próprio desempenho.

Não existe um plano estratégico e de política de risco da sociedade, estando identificado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas os níveis de risco e principais medidas adotadas.

Por forma a corresponder aos deveres de informação a que o TNDM II se encontra vinculado pelos seus Estatutos, a informação financeira é divulgada através da plataforma SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económico-Financeira), sendo remetida toda a informação para Ministério das Finanças, Secretário de Estado da Cultura, Tribunal de Contas, Inspeção-Geral de Finanças e Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A informação financeira é ainda disponibilizada no site do TNDM II.

O controlo interno consiste na verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão, relativamente às nossas atividades e projetos.

No TNDM II, a monitorização da existência de um efetivo sistema de controlo interno e propostas de melhoria a esse mesmo sistema é da responsabilidade do Fiscal Único.

#### i. Princípios estruturantes da organização e funcionamento do TNDM II

O TNDM II na sua organização interna e no funcionamento pauta-se por valores de compromisso, lealdade, profissionalismo e racionalidade na aplicação de recursos, orientação para resultados, evolução e modernização.

## ii. Organograma

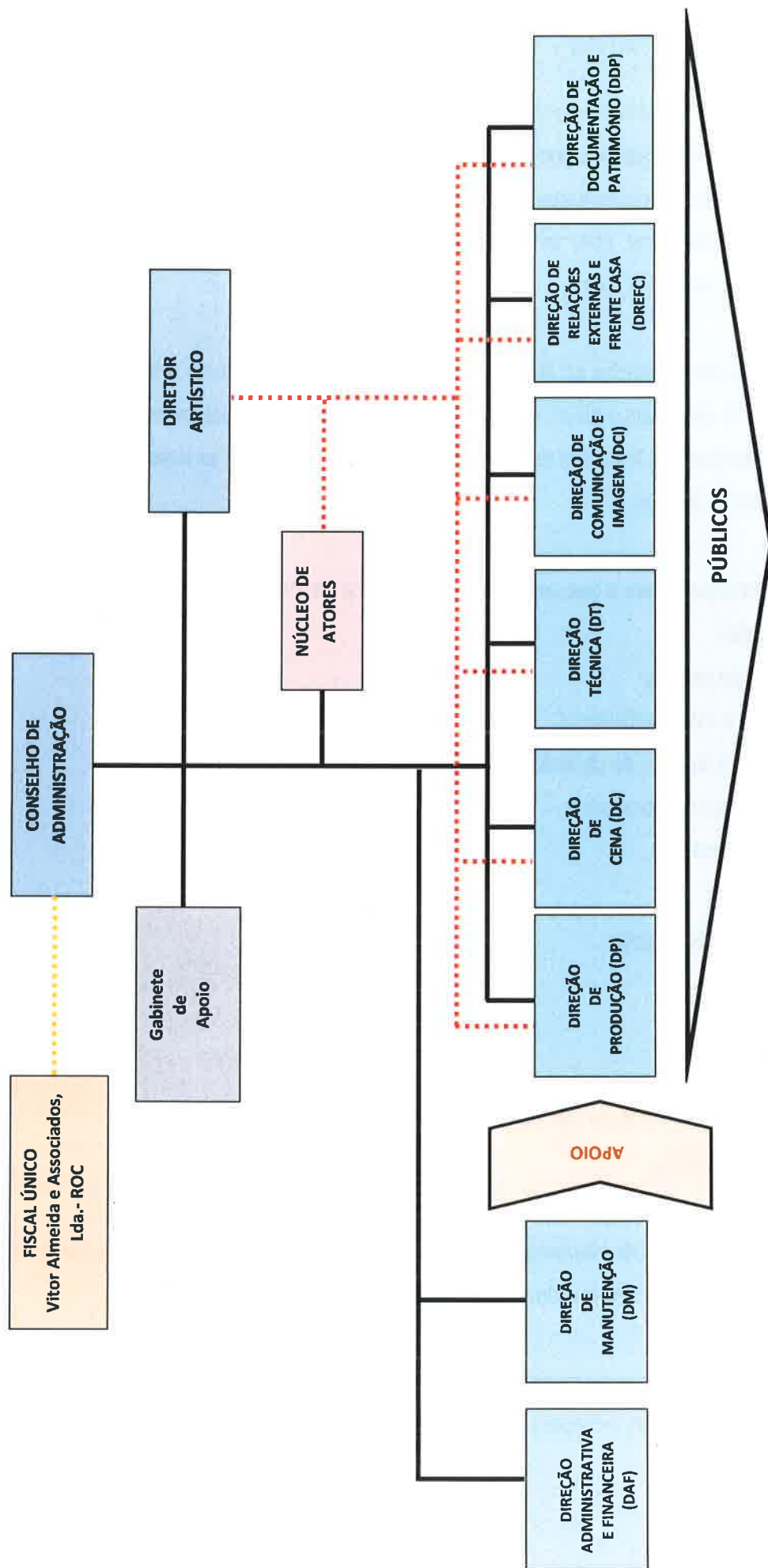
A direção do TNDM II está a cargo dos seus órgãos: o Conselho de Administração e o Fiscal Único. A sua estrutura orgânica integra ainda o Diretor Artístico.

A estrutura departamental está organizada por direções de serviços que englobam as diferentes áreas funcionais.

A estrutura orgânica do TNDM II é ainda composta pelas seguintes unidades:

- Núcleo de Atores (NA);
- Direção Administrativa e Financeira (DAF);
- Direção de Relações Externas e Frente de Casa (DREFC);
- Direção de Comunicação e Imagem (DCI);
- Direção de Produção (DP);
- Direção de Cena (DC);
- Direção Técnica (DT);
- Direção de Manutenção (DM);
- Direção de Documentação e Património (DDP).

Em todas as relações institucionais e profissionais entre titulares de órgãos sociais e entre colaboradores, entendendo-se estes últimos como quaisquer pessoas ou entidades que trabalhem ou prestem serviços ao TNDM II, qualquer que seja a natureza da sua relação, bem como entre aqueles e estes, devem sempre ser observados os princípios e regras previstos no Código de Ética e Normas de Conduta em vigor no TNDM II.





### iii. Fatores e áreas de risco

A gestão do risco avalia os possíveis cenários e pretende minimizar o impacto negativo resultante da sua concretização. Engloba um conjunto de práticas de identificação, análise, avaliação, tratamento e reporte dos principais riscos, e é parte integrante do estilo de gestão requerido aos seus colaboradores, em linha com as boas práticas e princípios de bom governo e em conformidade com os requisitos legais.

Em termos públicos, os resultados só têm sentido e utilidade quando servem o fim do Estado: respeitar e realizar o interesse público. Os valores da ética pública consistem em princípios e orientações que permitem ao indivíduo escolher, de entre ações possíveis, as mais adequadas à realização do interesse público.

São vários os fatores que levam a que uma atividade contenha um maior ou menor risco, de entre os quais os seguintes:

- Qualidade de gestão;
- Integridade e ética profissional;
- Qualidade do sistema de controlo interno;
- Motivação dos colaboradores;
- Conjuntura nacional.

#### Áreas com probabilidade de risco:

- Administração;
- Gestão Patrimonial;
- Gestão Financeira;
- Gestão e Recrutamento de Recursos Humanos;
- Contratação Pública.

No que concerne aos conflitos de interesses, estes envolvem um conflito entre os deveres públicos e os interesses privados. Os conflitos têm de ser identificados e geridos.

Os conflitos que efetivamente comprometem o desempenho dos deveres públicos, constituem já abuso/corrupção/crime. Assim, interessa antecipar e gerir os conflitos eventuais, aparentes e potenciais.



Interesses privados que podem conflitar com o interesse público:

- Interesses económicos;
- Dívidas e bens;
- Benefícios pessoais diretos;
- Atividades privadas ou concorrenciais;
- Filiações políticas;
- Ligação a grupos de interesse;
- Interesses familiares;
- Ligações com pessoas envolvidas em processos;
- Negociações de futuros empregos.

Maioria dos problemas éticos:

- Favorecimento de interesses pessoais, familiares, políticos, económicos ou de outros grupos de identificação;
- Divulgação de informação confidencial;
- Uso de informação privilegiada;
- Uso de facilidades do serviço para benefício pessoal;
- Uso indevido da posição e de facilidades profissionais;
- Aceitação indevida de ofertas;
- Faltas de honestidade nas despesas suportadas pela instituição pública.

Áreas de risco:

- Contratação Pública;
- Acumulação de funções;
- Recrutamento e promoções;
- Funções de regulação e inspeção;
- Licenciamentos e Gestão Patrimonial;

O Conselho de Prevenção da Corrupção recomenda que os gestores e órgãos de direção de todas as entidades do Sector Público, incluindo os que a qualquer título ou sob qualquer forma tenham de gerir dinheiros, valores ou património públicos, criem e apliquem nas suas organizações medidas que previnam a ocorrência de conflitos de interesses, tais como:

Medidas	Cumprido				
	S	N	n.a.	a aplicar	a atualizar
Manuais de boas práticas e códigos de conduta relativamente a todas as áreas de atuação, incluindo o período que sucede ao exercício de funções públicas, em conformidade com o quadro legal e os valores éticos da organização	X				X
Identificação de potenciais situações de conflitos de interesses relativamente a cada área funcional da sua estrutura orgânica	X				X
Identificação de situações que possam dar origem a um conflito real, aparente ou potencial de interesses que envolvam trabalhadores que deixaram o cargo público para exercerem funções privadas como trabalhadores, consultores ou outras		X			
Promoção de medidas adequadas a prevenir e gerir conflitos de interesses relativamente a situações que envolvam trabalhadores que aceitem cargos em entidades privadas que foram abrangidas por decisões em que, direta ou indiretamente, aqueles participaram no exercício de funções públicas, ou porque, por via desse exercício, tiveram acesso a informação privilegiada com interesse para a entidade privada ou, ainda, que possam ter influência na entidade pública onde exerceram funções, através de ex-colaboradores		X			
Identificação e caracterização de áreas de risco, designadamente as que resultem das situações de acumulação de funções, cujo tratamento deve ser efetuado no âmbito e nos mesmos termos do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e infrações conexas		X		X	
Identificação das situações concretas de conflitos de interesses e respetiva sanção aplicável aos infratores, em conformidade com o quadro punitivo existente		X		X	
Promoção de uma cultura organizacional na qual impere forte intolerância relativamente às situações de conflitos de interesses		X		X	
Promoção da responsabilidade individual de todos os trabalhadores, reconhecendo e destacando as boas práticas e os bons exemplos de serviço público e promovendo atitudes ativas de recusa de contacto e processamento relativamente a procedimentos administrativos em que, sob qualquer forma, tenham um interesse, ainda que através de terceiro	X				X
Desenvolvimento de ações de formação profissional de reflexão e sensibilização sobre esta temática, junto de todos os trabalhadores dos serviços	X				X
Subscrição, por todos os trabalhadores, de declarações de inexistência de conflitos de interesse relativamente a cada procedimento que lhe seja	X				

Medidas	Cumprido				
	S	N	n.a.	a aplicar	a atualizar
confiado no âmbito das suas funções e no qual, de algum modo, tenha influência					
Subscrição, por todos os funcionários que se encontrem em regime de acumulação de funções, de uma declaração atualizada em que assumam de forma inequívoca que as funções acumuladas não colidem sob forma alguma com as funções públicas que exercem, nem colocam em causa a isenção e o rigor que deve pautar a sua ação	X				
Declarações relativas a ofertas no exercício das funções		X			
Promoção de mecanismos de monitorização da aplicação destas medidas, bem como do respetivo sancionamento		X		X	

Ao longo do ano de 2015 foram respeitadas, pela generalidade dos serviços e Direções, as medidas preventivas estabelecidas no Plano, nomeadamente no que diz respeito à sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei; legislação em vigor relativa a recursos humanos e trabalho, legislação relativa ao Sector Empresarial do Estado, legislação fiscal e contributiva e Regulamentos Internos do TNDM II. Para tal foram inclusivamente solicitados diversas análises e pareceres ao nosso Jurista, TOC e ROC.

O Conselho de Administração considera o Plano de Prevenções de Riscos de Gestão do TNDM II (incluindo os riscos de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesse), um importante instrumento de gestão de risco, o qual, conjugado com as boas práticas de gestão e administração, permite um adequado planeamento estratégico, sendo uma ferramenta essencial na tomada de decisões. Pretende-se a prestação de um serviço público de forma simples, ágil e transparente, onde se pretende a redução e eliminação de fatores propícios à corrupção e conflitos de interesses.

Foram formuladas as seguintes recomendações:

- Sensibilização, de todos os colaboradores do TNDM II, para a existência e cumprimento do Plano de Prevenções de Riscos de Gestão do TNDM II (incluindo os riscos de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesse);
- Aplicação de medidas que permitam a motivação pessoal, o envolvimento de todos os serviços e a qualidade de gestão;
- Realização de ações de formação sob a temática de boas práticas administrativas, ética, corrupção e conflitos de interesses;
- Monitorização das atividades e segregação de funções.

UBI

## 1. Conselho de Administração

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Eventual risco de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses:			Deveres e obrigações previstos no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março).	As atribuições próprias do Fiscal Único.
- no processo de orçamentação global e dos seus projetos específicos.	F		Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (Lei n.º 64/1993 de 26 de agosto)	O modelo de gestão definido em Conselho de Administração e a metodologia de aplicação implementados.
- na aprovação de despesas não previstas em orçamento.	F		Princípios consagrados na «Carta Ética da Administração Pública - Dez princípios éticos da Administração Pública», tais como da legalidade, da justiça, da imparcialidade, da lealdade e da integridade	A existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado, bem como a avaliação e o acompanhamento a que o mesmo se encontra sujeito.
- na autorização de despesas realizadas por membro do CA.	M		Obrigações e deveres de informação e prestação de contas consagrados na lei e nos Estatutos do TNDM II.	A prestação regular de informações financeiras e prestação de contas às tutelas (Ministério das Finanças, Secretário de Estado da Cultura), Tribunal de Contas e outras entidades previstas.
- no cumprimento da legislação.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética TNDM II e normas de conduta aprovadas pelo Conselho de Administração que se encontram vertidas nos Regulamentos Internos em vigor.	Os indicadores internos como medida de aplicação dos Principios do Bom Governo.
- na contratação pública.	M		Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	A prestação regular de informação relativa a recursos humanos e outras exigências legais ou decretadas.
- no processo de aprovação de "cachets" e de prestações de serviços artísticos.	E		Legislação em vigor relativa a recursos humanos e trabalho.	Divulgação no site da internet do TNDM II de informação sobre a instituição e sua organização, bem como relatório de prestação de contas e certificação legal.
- na gestão e conservação do património (documental, patrimonial e edifício).	E		Regulamentos internos e Código de Ética e Normas de Conduta.	
- na negociação de empréstimos.			Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	
- na utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.	E		Obrigatoriedade de 2 assinaturas para despesas das rubricas de Investimento, Pessoal e despesas superiores a 5.000€.	
	F		Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor. Reuniões do CA	

CRB

Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
	F	Superintendência e tutela das Finanças e Cultura. Audiência e pedido de pareceres do jurista e/ou TOC e/ou ROC.	
	E		

Legenda :E – elevado; F – fraco; M – moderado

2. *Fiscal Único*

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
<b>Eventual risco</b> de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses:  - no processo de aprovação de contas.		M	Obrigações e deveres de informação e prestação de contas consagrados na lei e nos Estatutos do TNDM II.	As atribuições próprias do Fiscal Único estabelecidos nos Estatutos do TNDM II

3. *Diretor Artístico*

Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
<p><b>Eventual risco</b> de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas cujas consequências materiais podem ser relevantes, bem como conflitos de interesses.</p> <p>- A aprovação de projetos de produção e a sua orçamentação.</p> <p>- O processo de contratação de artistas e outros prestadores de serviços da área artística.</p> <p>- Realização de projetos artísticos ou outras funções fora do TNDM II.</p> <p>- no cumprimento da legislação.</p> <p>- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.</p>	<p>M</p> <p>E</p> <p>F</p> <p>M</p> <p>E</p>	<p>Estrutura organizacional existente e o acompanhamento do Conselho de Administração.</p> <p>A existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado bem como a avaliação e o acompanhamento a que o mesmo se encontra sujeito.</p> <p>Prestação de informações a entidades previstas para o efeito.</p> <p>Solicitação de autorização à tutela para realização de projetos fora do âmbito do TNDM II.</p>	




4. *Direção Administrativa e Financeira (DAF)*

Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
Na DAF identificam-se como <b>situações potencialmente geradoras</b> de eventual risco de corrupção, bem como conflitos de interesses:  - A orçamentação e/ou a execução orçamental;  - O processo de pagamentos de bens e serviços;  - A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços;  - A avaliação incorreta e/ou planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais, humanos e/ou financeiros.  - na contratação pública.  - na elaboração de procedimentos de recrutamento.  - no cumprimento da legislação.  - Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.	  M  M  M  M  E  E  M  M	  Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.  Supervisão do Administrador do pelouro e/ou do CA.  Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.  Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.  Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.  Reuniões periódicas com carácter quinzenal.	  Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.  Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.  Área de compras funcionando em plataforma eletrónica.  Contratação de um colaborador para execução de funções na área específica de compras e contratos.

5. *Direção de Relações Externas e Frente Casa (DREFC)*

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DREFC identifica-se um <b>risco residual</b> de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços necessários à frente de casa.		M	Supervisão do Administrador do pelouro e/ou C.A.  Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos na frente de casa.		M	O Manual de Procedimentos estabelecido para a atividade da Direção de Serviços.	
- A incorreta gestão da política de Cedências determinada pela Administração.		M	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- na contratação pública.		E	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- no cumprimento da legislação.		M	A política de cedências aprovada pelo Conselho de Administração.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M		

## 6. Direção de Documentação e Património (DDP)

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DDP identifica-se um <b>risco moderado ou residual</b> de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços necessários à biblioteca e à livraria.		M	Supervisão do Administrador do pelouro e/ou CA.,  Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais.		M	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- na contratação pública.		E	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- no cumprimento da legislação.		M		
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M		

### 7. *Direção de Comunicação e Imagem (DCI)*

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DCI identifica-se um <b>risco moderado</b> de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços.		M	Supervisão do Diretor Artístico e do Administrador do pelouro e/ou CA.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos na produção de conteúdos, <i>design</i> gráfico, fotografia e produção de vídeo para os materiais da comunicação e imagem da programação artística ou institucional.		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	
- contratação pública.		E	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- no cumprimento da legislação.		M	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M		

### 8. Direção de Produção (DP)

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DP identifica-se um <b>risco moderado</b> de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos para cada espetáculo.		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos em vigor.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços artísticos.		M	Supervisão do Diretor Artístico e do Administrador do pelouro e/ou CA.	
- na contratação pública.		E	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- no cumprimento da legislação.		M	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M		



### 9. Direção Técnica

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
Na DT identifica-se um <b>risco moderado ou residual</b> de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associada.
- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos para cada espetáculo.		M	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos em vigor.	Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.
- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens e/ou serviços artísticos.		M	Supervisão do Diretor artístico e do Administrador do pelouro e/ou CA.	
- na contratação pública.		E	Manual de Boas Práticas definido para os sectores/áreas de atividade da Direção de Serviços.	
- no cumprimento da legislação.		M	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M	Manuais de procedimentos e procedimentos escritos em vigor.	


10. *Direção de Cena (DC)*

Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
<p>Na DC identifica-se um <b>risco residual</b> de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.</p> <p>- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos para cada espetáculo.</p> <p>- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens ou serviços específicos da cena de cada espetáculo.</p> <p>-na contratação pública.</p> <p>- no cumprimento da legislação.</p> <p>- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.</p>	<p></p> <p>M</p> <p>M</p> <p>E</p> <p>M</p> <p>M</p>	<p>Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.</p> <p>Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.</p>	

### 1.1. Direção de Manutenção (DM)

Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
<p>Na DM identifica-se um <b>risco moderado ou residual</b> de ocorrência de situações de corrupção e/ou infrações conexas, bem como conflitos de interesses.</p> <p>- A avaliação incorreta ou o planeamento deficiente das necessidades de recursos materiais ou humanos para a manutenção dos equipamentos ou do edifício.</p> <p>- A incorreta observância das condições de mercado na aquisição de bens ou serviços necessários.</p> <p>- na contratação pública.</p> <p>- no cumprimento da legislação.</p> <p>- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.</p>	<p></p> <p>M</p> <p>M</p> <p>E</p> <p>M</p> <p>M</p>	<p>Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.</p> <p>Existência de um sistema integrado de gestão e informação processual que identifica os intervenientes em cada ato praticado.</p>	



**12. Núcleo de Atores (NA)**

Riscos		Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade	Grau		
<p><b>Não aplicável ou risco indireto residual</b> derivado de potenciais conflitos de interesses.</p> <p>- no cumprimento da legislação.</p> <p>- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.</p>	<p></p> <p>M</p> <p>M</p>	<p>Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.</p> <p>Supervisão do Diretor Artístico.</p> <p>Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.</p>	<p>Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.</p>

**13. Serviços de Apoio ao Conselho de Administração (ACA)**

**a. Secretariado**

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
<p><b>Não aplicável ou risco indireto residual</b> derivado de eventuais conflitos de interesses.</p> <p>- no cumprimento da legislação.</p> <p>- na contratação pública.</p> <p>- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.</p>		<p>F</p> <p>F</p> <p>M</p>	<p>Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.</p> <p>Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.</p> <p>Supervisão do Conselho de Administração.</p>	<p>Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.</p>

## b. Motorista

Riscos		Grau	Medidas Preventivas	Mecanismos de Controlo Interno
Atividade				
<b>Não aplicável ou risco indireto residual</b> derivado de eventuais conflitos de interesses.			Princípios éticos estabelecidos no Código de Ética do TNDM II.	Estrutura organizacional existente e o reporte hierárquico a ela associado.
- no cumprimento da legislação.		F	Obrigações e deveres consagrados nos Regulamentos Internos em vigor.	
- Utilização de recursos do TNDM II para proveito ou interesse próprio ou o seu uso abusivo.		M	Sujeição ao Código da Contratação Pública e procedimentos previstos na lei.	
			Supervisão do Conselho de Administração.	

#### iv. Endividamento

O TNDM II está obrigado ao cumprimento das normas relativas ao endividamento, estabelecidas no Decreto-Lei n.º 133/2013 e demais legislação aplicável. Podem, ainda, ser fixadas, mediante decisão do membro do Governo da área das Finanças, normas em matéria de endividamento para cada exercício económico. Estas normas devem refletir-se na preparação e aprovação dos planos de atividades e orçamento.

O TNDM II não tem recorrido a crédito financeiro e as nossas aplicações são em CEDIC de curto prazo.

v. Sistema de controlo para proteger os investimentos e os ativos da empresa

Está implementado um *software* de gestão financeira, integrado e com abrangência sobre toda a empresa, evidenciando uma preocupação de controlo sobre toda a atividade desenvolvida.

#### vi. Prevenção da corrupção

O TNDM II cumpre a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, tendo em vigor um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que prevê a segregação de funções por área de gestão funcional e a adoção de processos administrativos e de funcionamento integrados, permitindo um adequado controlo interno, elaborando, anualmente, um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro.

Neste Plano estão identificados e descritos os principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos), bem como medidas preventivas e mecanismos de controlo interno. Também estão explicitas as relações de dependência hierárquica e/ou funcional, bem como incluso o organograma.

Quer o Plano, que os relatórios de avaliação, estão e são publicitados no sítio na Internet do TNDM II pelo que se sugere a sua leitura no que diz respeito à informação sobre o controlo interno e gestão de riscos.

### vii. Padrões de ética e conduta

O TNDM II adotou um Código de Ética que contempla comportamentos éticos e deontológicos, tendo procedido à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral. Encontra-se publicitado no sítio na Internet do TNDM II.

## C. Regulamentos e Códigos

### i.Regulamento Interno da Estrutura Orgânica

O Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TNDM II E.P.E, que se encontra disponível no sítio da internet do TNDM II, determina a estrutura orgânica do TNDM II, constituída pelos seus Órgãos Sociais, Direção Artística, Núcleo de Atores e pelas restantes Direções, definindo as respetivas competências e demais regras do seu funcionamento.

São órgãos sociais do TNDM II o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A estrutura orgânica do TNDM II é ainda composta pelas seguintes unidades:

- a)Diretor Artístico (DA);
- b)Núcleo de Atores (NA);
- c)Direção Administrativa e Financeira (DAF);
- d)Direção de Relações Externas e Frente de Casa (DREFC);
- e)Direção de Comunicação e Imagem (DCI);
- f)Direção de Produção (DP);
- g)Direção de Cena (DC);
- h)Direção Técnica (DT);
- i)Direção de Manutenção (DM);
- j)Direção de Documentação e Património (DDP).

Em todas as relações institucionais e profissionais entre titulares de órgãos sociais e entre colaboradores, entendendo-se estes últimos como quaisquer pessoas ou entidades que trabalhem ou prestem serviços ao TNDM II qualquer que seja a natureza da sua relação, bem como entre aqueles e estes, devem sempre ser observados os princípios e regras previstos no Código de Ética e Normas de Conduta em vigor no TNDM II.

cbr  
GA

A validade das deliberações do Conselho de Administração depende da presença, nas reuniões, da maioria dos seus membros, não podendo estes abster-se de votar, nem fazê-lo por correspondência ou por procuração. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos membros presentes. O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade. As deliberações do Conselho de Administração serão divulgadas quando e nos termos que este o decidir, nomeadamente através de informações ou ordens de serviço.

Nos casos em que as funções de Diretor Artístico não sejam exercidas por um dos membros do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração poderá convocar o Diretor Artístico para as reuniões em que lhe parecer conveniente a presença deste, devendo ainda dar-lhe conhecimento da respetiva ordem de trabalhos. Este poderá participar nas reuniões deste órgão sempre que sejam discutidas matérias da sua competência, e apenas no que às mesmas diga respeito, devendo, para tanto, ser previamente informado da respetiva ordem de trabalhos. A não comparência do Diretor Artístico, regularmente convocado, à reunião do Conselho de Administração não impede nem invalida as deliberações tomadas sobre as matérias que justificavam a sua presença. O Diretor Artístico, caso não seja cumulativamente membro do Conselho de Administração, não tem direito a voto.

O Conselho de Administração pode, sob proposta exclusiva do seu Presidente, delegar as suas competências nos seus membros ou demais pessoal de direção e chefia, definindo em ata os limites e condições do seu exercício. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Conselho de Administração poderá ainda distribuir entre os seus membros responsabilidade exclusiva ou partilhada sobre as várias Direções, definindo, igualmente, em ata os limites e condições do seu exercício.

## ii. Código de Ética e Plano de Prevenção de Riscos de Gestão

O Código de Ética foi aprovado pela Administração, colocado na Intranet para conhecimento dos trabalhadores e no sítio da internet do TNDM II em 2009, o mesmo acontecendo com o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, Infrações Conexas e Conflitos de Interesses (Plano de Prevenção de Riscos de Gestão).

### iii. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão

O presente Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em paralelo com o Código de Ética e as normas de procedimentos internos, constituirão o referencial normativo e de valores pelo qual se pautará a ação quotidiana no Teatro Nacional D. Maria II.

## D. Deveres especiais de informação

No cumprimento dos deveres de informação a que o TNDM II se encontra sujeito, nomeadamente ao reporte de informação económica e financeira e dos deveres de transparência, tem sido utilizada a plataforma SIRIEF, quer através de carregamento dos mapas financeiros (mensais, trimestrais e anuais), quer através do carregamento de documentos, como os Relatórios de Execução Trimestrais e o Relatório Anual devidamente acompanhados pelos relatórios do Fiscal Único.

Foram cumpridos todas as obrigações legais em vigor. A par do SIRIEF, o TNDM II atualiza regularmente a informação a constar no seu site e no site da DFTF referente ao Sector Empresarial do Estado (SEE).

O TNDM II não prestou quaisquer garantias financeiras nem assumiu dívidas ou passivos de outras entidades.

O TNDM II tem seguido uma estratégia de minimização do risco financeiro, não possuindo qualquer nível de endividamento remunerado, apostando numa estrutura equilibrada entre fundos próprios e alheios, evidenciado nos 79,1% do rácio de autonomia financeira em dezembro de 2015;

O grau de execução dos objetivos fixados encontra-se registado nos quadros de análise das Linhas de Orientação Estratégica (LOE) no capítulo II Missão, Objetivos e Políticas.

## E. Sítio da Internet

Todas as informações sujeitas a divulgação pública, encontram-se publicitadas no sítio da internet do SEE da DGTF.

No sítio na Internet do TNDM II ([www.teatro-dmaria.pt](http://www.teatro-dmaria.pt)) consta informação financeira histórica e atual da empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais ou estatutários, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

O sítio na Internet do TNDM II disponibiliza informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público, o modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio na Internet é livre e gratuito.

## F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

O TNDM II tem como missão a prestação de um serviço público, contudo, data de 2009 o último contrato-programa celebrado com a Tutela. Tem sido referenciado nos Planos de Atividades e Orçamentos e no Relatórios e Contas dos últimos anos a necessidade de proceder à celebração do referido contrato. Em 2015, o Conselho de Administração apresentou junto do Secretário de Estado da Cultura um relatório diagnóstico, identificando áreas relevantes que necessitam de intervenção, apontando para algumas medidas que seriam desejáveis de implementar.

Todas as metas a que o TNDM II se propôs alcançar decorreram do Plano de Atividades e Orçamento aprovado para o exercício de 2015.

## VII. Remunerações

### A. Competência para a Determinação

Sendo os órgãos sociais, Conselho de Administração e Fiscal Único, nomeados por Despacho Conjunto dos membros do governo responsáveis pelas Finanças e Cultura e no caso do Conselho de Administração, ainda, por Resolução de Conselho de Ministros, a remuneração é fixada nesses Despachos.

Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais	Despacho
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração



Contudo, o Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, veio modificar as regras de recrutamento e seleção dos gestores públicos, bem como o regime aplicável aos contratos de gestão e à sua remuneração e benefícios, tendo procedido à alteração e republicação do Estatuto do Gestor Público (D.L. nº 71/2007, de 27 de Março, alterado pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro).

A remuneração dos gestores públicos passou a integrar duas componentes: o vencimento mensal, que não pode ultrapassar o vencimento mensal do Primeiro-Ministro, e um abono mensal, pago 12 vezes ao ano, para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento (artigo 28º, nºs 1 e 2, do D.L. nº 71/2007).

A fixação, em concreto, do vencimento de cada gestor é feita segundo critérios a estabelecer por resolução do Conselho de Ministros (artigo 28º, nºs 3 e 4, do D. L. nº 71/2007).

Os critérios de fixação da remuneração dos gestores públicos e o enquadramento nesses critérios dos gestores das várias empresas vieram a ser estabelecidos pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de Fevereiro, e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de Março, nos termos das quais:

- Ao TNDM II, E. P. E., foi atribuída a classificação "C" (Anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012);
- Em função dessa classificação, o Presidente do C.A. do TNDM II, E. P. E., tem direito ao vencimento mensal correspondente a 80% do vencimento mensal do Primeiro-Ministro e os Vogais do C.A. do TNDM II, E. P. E., têm direito ao vencimento mensal correspondente a 80% do vencimento do Presidente do C. A. (nºs 10 e 11 da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012);
- O vencimento mensal é pago 12 vezes por ano, com direito aos subsídios de férias e de Natal;
- As novas remunerações aplicam-se a partir de 1 de Abril de 2012 (nº 7 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012).

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos desse Conselho.

No início do mandato, os membros do Conselho de Administração declararam ao Tribunal Constitucional e Procuradoria Geral da República sobre a inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, cumprindo os deveres de informação previstos no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, bem como tudo o que lhes é aplicável, com as necessárias adaptações, no disposto pela Lei n.º 64/93, de 26 de agosto. Anexa-se a este relatório a declaração dos membros do Conselho de Administração, onde se refere que os mesmos se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

## **B. Comissão de Fixação de Remunerações**

De acordo com os Estatutos, não existe comissão de fixação de remunerações.

## **C. Estrutura das Remunerações**

De acordo com os Estatutos, a remuneração e estrutura das remunerações dos membros do conselho de administração do TNDM II, é fixada por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e das finanças.

De acordo com o Despacho de remunerações fixado em 5 de junho de 2015 e o estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de Fevereiro, e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de Março, as remunerações são:

### **i. Presidente do Conselho de Administração:**

Vencimento mensal: € 4.578,20

Abono mensal a título de despesas de representação: € 1.831,28

Remuneração mensal global: € 6.409,48

Remuneração mensal global com reduções remuneratórias previstas na Lei: € 5.601,89

(Valores reduzidos nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como a reversão a que se refere o artigo 4.º da mesma lei.)

- ii. Vogal do Conselho de Administração:  
Vencimento mensal: € 3.662,56  
Abono mensal a título de despesas de representação: € 1.465,02  
Remuneração mensal global: € 5.127,58  
Remuneração mensal global com reduções remuneratórias previstas na Lei:  
€ 4.481,50  
(Valores reduzidos nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como a reversão a que se refere o artigo 4.º da mesma lei.)

Nos termos do nº 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) não pode resultar das regras de fixação de remunerações estabelecidas nessa Resolução um aumento das remunerações efetivamente pagas aos gestores à data da entrada em vigor das Resoluções do Conselho de Ministros nºs 16/2012 e 18/2012 (1 de março de 2012), e nos termos do art.º 256º da Lei nº 82-B/2014 de 31 de dezembro, mantendo-se em vigor as medidas e efeitos de natureza temporária, até revogação do procedimento por défices excessivos pelo que, a remuneração efetiva é a seguinte:

- i. Presidente do Conselho de Administração:  
Vencimento mensal: € 4.578,20  
Abono mensal a título de despesas de representação: € 853,77  
Remuneração mensal global: € 5.431,97  
Vencimento mensal com reduções remuneratórias previstas na Lei: € 4.747,54
- ii. Vogal do Conselho de Administração:  
Vencimento mensal: € 3.662,56  
Abono mensal a título de despesas de representação: € 959,51  
Remuneração mensal global: € 4.622,07  
Remuneração mensal global com reduções remuneratórias previstas na Lei: € 4.039,69.

As remunerações efetivas do Conselho de Administração foram encontradas pelo cruzamento entre as remunerações fixadas pelo Despacho de 5 de junho de 2015 e os montantes estipulados através do Despacho n.º 10225/2009, de 05.12.2008, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Cultura, que se encontravam em vigor à data de 1 de março de 2012 (RCM nº 36/2012).

CA  
CZi

Os valores evidenciados em 2015 refletem a aplicação do quadro legal em vigor, nomeadamente quanto à redução remuneratória e subsídio de férias e de natal. É assim cumprido o estipulado no nº 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março já que o aumento no valor das remunerações globais em relação a 2012 resulta exclusivamente do enquadramento legal referido acima, pelo que se apresenta o seguinte quadro:

		2015	2012	Variação
Miguel Honrado Carlos Vargas	Remunerações OS - ordenado base	63.720,00	63.720,00	0,00
	Remunerações OS sub. férias	3.564,26	0,00	3.564,26
	Remunerações OS sub. natal	3.793,58	0,00	3.793,58
	Reduções Remuneratórias OS - Lei 12-A/2010; Art.12º	-1.086,40	-3.186,00	2.099,60
	Reduções Remuneratórias OS - Lei 55-A/2010; Art.19º	-5.055,81	-6.053,40	997,59
	<b><u>Total Remuneração Presidente</u></b>	<b>64.935,63</b>	<b>54.480,60</b>	<b>10.455,03</b>
Cláudia Belchior Sofia Campos António Pignatelli Sandra Simões	Remunerações OS - ordenado base	107.640,00	107.640,00	0,00
	Remunerações OS sub. férias	6.483,91	0,00	6.483,91
	Remunerações OS sub. natal	6.332,33	0,00	6.332,33
	Reduções Remuneratórias OS - Lei 12-A/2010; Art.12º	-1.848,80	-5.382,00	3.533,20
	Reduções Remuneratórias OS - Lei 55-A/2010; Art.19º	-8.106,10	-10.225,92	2.119,82
	<b><u>Total Remuneração Vogais</u></b>	<b>110.501,34</b>	<b>92.032,08</b>	<b>18.469,26</b>
		<b>175.436,97</b>	<b>146.512,68</b>	<b>28.924,29</b>

As remunerações mensais auferidas foram reduzidas por força da aplicação do art. 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30 junho, e art. 2º da Lei n.º 7/2014 de 12 de setembro, bem como a reversão a que se refere o art. 4.º da mesma lei.

### iii. Fiscal Único

A remuneração encontrava-se fixada até 4 de junho de 2015 em 25% do vencimento base mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração, A partir do Despacho acima referido, a remuneração é fixada em 22,5% da quantia correspondente a 12 meses do vencimento total mensal ilíquido atribuído, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração.

## Remunerações dos membros do Conselho de Administração em 2015

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Miguel Honrado	S	C	4.578,20	1.831,28
Cláudia Belchior	S	C	3.662,56	1.465,02
Sofia Campos	S	C	3.662,56	1.465,02
Carlos Vargas	N	C	5.310,00	0,00
António Pignatelli	N	C	4.485,00	0,00
Sandra Simões	N	C	4.485,00	0,00

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2015 (€)					
	Fixa *	Variável	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Miguel Honrado	69.252,82	0,00	69.252,82	7.230,79	1.133,18	63.155,21
Cláudia Belchior	58.686,60	0,00	58.686,60	5.942,27	964,82	53.709,15
Sofia Campos	58.686,60	0,00	58.686,60	5.942,27	964,82	53.709,15
Carlos Vargas	1.825,02	0,00	1.825,02	44,60	0,00	1.780,42
António Pignatelli	1.541,52	0,00	1.541,52	0,00	0,00	1.541,52
Sandra Simões	1.541,52	0,00	1.541,52	0,00	0,00	1.541,52
			191.534,08	19.159,94	3.062,83	175.436,97

Legenda: (\*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo Anual da	Identificar	Encargo Anual da Entidade	Encargo Anual da Entidade	Encargo Anual da Entidade	Identificar	Valor
Miguel Honrado	4,27	960,75	Segurança Social	14.999,40	0,00	0,00		0,00
Cláudia Belchior	4,27	960,75	Segurança Social	12.755,98	0,00	0,00		0,00
Sofia Campos	4,27	960,75	Segurança Social	12.755,98	0,00	0,00		0,00
Carlos Vargas	5,50	33,00	Segurança Social	424,60	0,00	0,00		0,00
António Pignatelli	5,50	33,00	Caixa Geral de Apos.	336,12	0,00	0,00		0,00
Sandra Simões	5,50	33,00	Caixa Geral de Apos.	366,12	0,00	0,00		0,00
		2.981,25		41.638,20		0,00		0,00

Relativamente à nossa política de aquisição e atribuição de viaturas, temos uma viatura ligeira, por ALD, ao serviço do TNDM II, a qual não está afeta especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador, seja membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um direito, benefício ou regalia que se traduza numa vantagem económica acrescida ao seu rendimento.

Em novembro de 2015 procedeu-se à substituição da carrinha que efetua o serviço de transporte de pessoas e/ou material para o nosso Armazém sito no Cacém. Esta encontrava-se inoperacional desde janeiro de 2015, tendo sido alienada em abril.


**Remuneração do Fiscal Único em 2015:**

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor após Reduções (4) = (1) - (2) + (3)
Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda - Vitor Manuel Batista de Almeida	15.018,45	2.793,90	291,92	12.516,47

Desde 2009 não houve a celebração de contrato de gestão entre os membros do Conselho de Administração e a Tutela.

Não existe componente variável da remuneração ou/ e atribuição de prémio para os membros do Conselho de Administração.

Não existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os membros do Conselho de Administração.

**D. Divulgação das Remunerações**

Os montantes anuais das remunerações auferidas, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho de Administração e pelo Fiscal Único encontram-se refletidos nos quadros do ponto anterior (C. Estrutura das Remunerações).

Não houve quaisquer montantes pagos por outras entidades, dada a inexistência de sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Não houve lugar a quaisquer indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos, já que o anterior Conselho de Administração cessou funções após o término de mandato.

No sítio na Internet do TNDM II consta informação sobre a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais ou estatutários, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio na Internet é livre e gratuito.

A informação relativa à identidade e aos elementos curriculares dos membros dos órgãos sociais, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios não está indexada a sistemas de *software* projetados para encontrar informação armazenada em sistemas computacionais, vulgarmente denominados motores de busca e não contém quaisquer outros dados, designadamente os que se referem a divulgação de domicílio, contactos pessoais e demais dados de idêntica natureza.

## VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

### i. Transações relevantes com entidades relacionadas

O TNDM II gere o financiamento atribuído pelas duas tutelas – Ministério das Finanças e Ministério da Cultura – assente numa indemnização compensatória cujo montante é anualmente fixado através de publicação de Resolução de Conselho de Ministros.

Não existem transações relevantes com outras entidades, com exceção da transferência para o TNDM II do Fundo de Fomento Cultural.

### ii. Outras Transações

O TNDM II prossegue os seus processos aquisitivos de acordo com o estipulado no Código da Contratação Pública (CCP) e demais legislação em vigor.

Importa referir que, em termos de Funcionamento Geral, o TNDM II aderiu, sempre que se justificou, aos Acordos Quadro da Unidade de Compras da Secretaria Geral da Presidência de Conselho de Ministros:

- Combustíveis Rodoviários;
- Viagens e estadias.

Dando cumprimento ao estipulado no Código de Contratação Pública, o TNDM II recorreu à utilização de meios eletrónicos e de transmissão de dados, contribuindo para uma simplificação e desmaterialização dos processos aquisitivos. Apesar de não exigida a utilização de plataforma eletrónica em procedimentos de Ajuste Direto de aquisição de bens e serviços e empreitadas, o TNDM II contratou em abril de 2015 uma licença com a Gatewit pelo período de um ano, permitindo uma maior utilização deste canal, fomentando as boas práticas no âmbito da Contratação Pública.

A totalidade das aquisições de serviços de âmbito técnico-artístico é feita através de contratos ou de informações autorizadas pelo Conselho de Administração. Estes procedimentos decorrem da especificidade da atividade artística do Teatro Nacional.

Não existiram transações fora das condições de mercado e não existem fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que simultaneamente ultrapassem um milhão de euros.

## **IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental**

### **i. Domínio económico**

O Teatro Nacional D. Maria II é uma entidade pública empresarial, prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura teatral.

A sustentabilidade só se atinge por via do equilíbrio entre custos fixos e de investimento do Teatro e custos de programação, já que as receitas próprias são limitadas e, para além da bilheteira, só surgem da venda de livros ou da cedência de espaço, sempre condicionada à atividade de preparação e exibição dos espetáculos.

É importante referir que no âmbito da sua missão, o preçário do Teatro deve proporcionar as melhores condições de acesso a segmentos de públicos representativos ao nível da procura, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade que foram fixados ao TNDM II.

Em meados de 2015 deu-se início à difusão nacional e internacional de produções próprias. Esta prática obteve resultados bastante interessantes do ponto de vista financeiros. Assim, em 2016 iremos intensificar a circulação nacional e internacional de espetáculos seja através de coproduções com outras entidades, seja através da venda.

Face às dificuldades de obtenção de receitas próprias oriundas diretamente da atividade artística, o Conselho de Administração iniciou contactos tendo em vista a obtenção de outras formas de rendimento, nomeadamente com o aluguer de espaços para eventos e conferências. A concessão do espaço de restauração representará uma mais-valia importante. Para tal, encontram-se em curso as obras no Café Garrett com vista à concessão deste espaço já no início de 2016.



Na falta de um contrato programa plurianual a ser celebrado com o Conselho de Administração e a tutela que defina estratégias e metas e permita uma estabilidade, planificação e otimização de recursos a médio prazo, as metas a atingir anualmente têm sido traçadas pelo Conselho de Administração através da observância de um quadro com oito linhas de orientação estratégica.

Convém ainda ressaltar a absoluta necessidade de cumprimento por parte das tutelas dos seus compromissos, sob pena de as dificuldades de tesouraria colocarem em risco todo o esforço no sentido do cumprimento da medida Pagamento a tempo horas (30 dias, sendo que a dezembro de 2015 atingiu-se os 19 dias).

ii. Responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público

Públicos com necessidades especiais

Foram realizadas em 2015 duas sessões de formação sobre a temática da acessibilidade e atendimento a públicos com necessidades especiais, em parceria com a Acesso Cultura: *Atendimento de públicos com necessidades especiais* - público com mobilidade reduzida, surdo, cego e com baixa visão, no dia 9 de setembro, e *Planos de Emergência e Evacuação de Pessoas com necessidades especiais*, no dia 23 de novembro.

Também em 2015 foram efetuadas 11 sessões com interpretação em língua gestual portuguesa (LGP); durante o ano o TNDM II desenvolve um trabalho de proximidade com um grupo restrito e previamente selecionado de intérpretes de língua gestual portuguesa em estreita ligação com a atividade.

Públicos desprotegidos

O TNDM II continuou a promover a orientação de um conjunto de sessões para públicos desprotegidos (público sénior ou adultos com percursos de exclusão ou ainda com públicos jovens em situação de risco, abandono ou negligência e ainda crianças e jovens em regime de internamento).

Realizámos também uma sessão solidária extraordinária, a favor da Casa do Artista, do espetáculo 'Cyrano de Bergerac' no dia 1 de março, cuja receita reverteu na totalidade para esta instituição. Os alunos carenciados que beneficiaram do preço especial que lhes é especificamente dirigido (1 euro) ascenderam ao número de 580 ultrapassando em 16 % a meta estabelecida em plano.

### Voluntariado e Programa de estágios

O TNDM II continuou em 2015 a apostar muito significativamente no seu projeto de voluntariado diretamente associado à atividade da Biblioteca-Arquivo. Este projeto tem conhecido desde o seu lançamento um extremo sucesso de tal forma que presentemente se equaciona o seu alargamento futuro a outras áreas de projeto. Exerceram atividade naquela unidade orgânica ao longo de 2015 23 voluntários, resultado que ultrapassou em 15% a meta definida em plano.

Os estágios são outra área que incluímos na área da responsabilidade civil pelo seu contributo na formação, sobretudo de jovens diplomados e sua preparação específica como futuros profissionais do setor, numa perspetiva de grande diversidade, posto que o TNDM II congrega na sua estrutura orgânica uma profusão de áreas funcionais fundamentais para a sua qualificação prática.

### iii. Domínio social e ambiental

#### Formação

A diversidade funcional e de competências requerida por uma organização desta natureza, requer ações de formação muito diversas que abrangem entre outras, áreas tecnológicas, financeiras e artísticas.

O plano de formação do TNDM II abrangeu, em 2015, um universo de 53 trabalhadores, objeto de 7 ações distintas:

- Formação sobre *contratação pública para não juristas* na qual participaram 19 trabalhadores de diversas áreas funcionais;
- Formação em *atendimento a pessoas com necessidades especiais*, prosseguindo o posicionamento muito proactivo e determinante que a organização tem assumido em prol das políticas de acessibilidade Neste contexto estiveram envolvidos 7 trabalhadores;
- Formação técnica sobre plataformas eletrónicas de compras públicas que abrangeu um universo de 16 trabalhadores;
- Formação acerca da alteração ao sistema normativo contabilístico que abrangeu apenas um trabalhador.
- Formação em *planos de emergência e evacuação de pessoas com necessidades especiais*. A participação foi de 4 trabalhadores;
- Formação em *catalogação e pesquisa* dada a 4 trabalhadores;
- Formação de carácter jurídico sobre o *estatuto do trabalhador estudante*, frequentada por dois trabalhadores.

As regras de igualdade no tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres no recrutamento de pessoal (estrutura relativamente igualitária em termos de género, 48% do sexo masculino e 52% do sexo feminino); a conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional, através da adaptação da tipologia de horários aos conteúdos funcionais e às condições concretas da atividade; a promoção de uma atividade semanal continuada de âmbito físico, mental e energético, através de aulas de yoga, são medidas que difundem boas práticas neste domínio

### Domínio ambiental

Em 2015 foi atualizado o projeto de Medidas de Auto Proteção do TNDM II, que inclui um Plano de Prevenção e um Plano de Emergência.

Também em 2015 foram pedidas avaliações e medições do ambiente térmico sob o ponto de vista do conforto, contaminação do ar por agentes químicos e por fibras respiráveis e determinação de bactérias ou fungos cultiváveis em suspensão no ar (Instituto Ricardo Jorge). Também foi feita inspeção sobre o cumprimento de medidas de segurança e higiene no trabalho.

A prática da reciclagem e separação do lixo está perfeitamente estabelecida, incluindo, papel, vidro, lâmpadas e tonners.

Procedemos ainda à reabilitação dos sistemas elétricos e de outros sistemas técnicos do edifício, assegurando condições apropriadas de funcionamento e de segurança, bem como a melhoria global da eficiência energética e do desempenho ambiental do TNDM II.

O TNDM II prossegue objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.

## **X. Avaliação do Governo Societário**

### **i. Prestação de serviço público**

Desde 2009 não é celebrado um contrato-programa com o TNDM II, E.P.E. que associe metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais.

As propostas a apresentar devem integrar parâmetros que permitam garantir níveis adequados de satisfação dos utentes, bem como assegurar a respetiva compatibilidade com o esforço financeiro do Estado.

De acordo com os Estatutos, o TNDM II E.P.E. tem direito a uma indemnização compensatória, de montante a definir anualmente, por Despacho conjunto dos membros responsáveis pelas áreas das Finanças e da Cultura.

A DGTF remete às empresas públicas as orientações e objetivos definidos, para que, com base neles, as mesmas apresentem propostas de plano de atividades e orçamento para cada ano de atividade, reportado a cada triénio.

A partir de 2 de dezembro de 2013, entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 133/2013, e após a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 01/2014 de 10 de fevereiro, que estabelece a missão, as atribuições, a organização e o funcionamento da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, as propostas de plano referidas são analisadas por esta, que aprecia a sua conformidade e compatibilidade face ao equilíbrio das contas públicas e da execução orçamental das verbas afetas a cada ministério e elabora relatório, dirigido ao membro do Governo responsável pela área das finanças.

O relatório, após aprovação pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, acompanha as propostas de plano de atividades e orçamento, que não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector de atividade.

A Unidade Técnica promove ainda a execução das operações necessárias à avaliação anual do grau de cumprimento das orientações, objetivos, obrigações e responsabilidades, bem como o grau de cumprimento dos princípios de responsabilidade social e ambiental e desenvolvimento económico sustentável a observar pelas empresas públicas do sector empresarial do Estado.

A coordenação com vista à aprovação dos documentos anuais de prestação de contas é assegurada pela DGTF.

CBEI  
SP

O titular da função acionista (membro do Governo com a área das Finanças) participa de modo informado e ativo através de despacho, no caso de entidades públicas empresariais.

Enquanto cliente e fornecedor das empresas em que detém capital, o titular da função acionista atua em condições e segundo critérios de mercado, devendo cumprir atempadamente as obrigações assumidas e exercer plenamente os seus direitos, sendo proibida qualquer discriminação nessa atuação relativamente às demais empresas.

O TNDM II está obrigado a cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido fixados, elaborar planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis. Anualmente, o TNDM II informa o titular da função acionista e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Esta informação é prestada através da elaboração do Relatório de Gestão e Contas, que segue para aprovação das tutelas e é publicitado no nosso sítio da internet, constando como "em aprovação". Quando aprovado, essa referência é atualizada.

A avaliação do Governo Societário tem sido efetuada através da análise dos Relatórios de Gestão e Contas, e emissão de Despacho conjunto do ministério das Finanças e Secretário de Estado da Cultura. Nos três últimos relatórios aprovados, 2011, 2012 e 2013, foi dado um voto de confiança ao Conselho de Administração, a cada um dos seus membros, e ao Fiscal Único.

As tutelas das Finanças e da Cultura avaliam o Relatório & Contas, efetuando recomendações aquando da aprovação das mesmas. As recomendações patentes no R&C 2011, prendem-se com a necessidade da celebração de um contrato-programa (o último foi celebrado em 2009). No R&C 2012 e 2013, recomendam o cumprimento integral do Princípio de Unidade de Tesouraria, apesar de superior a 99%. Porque lidamos com público, o pagamento de vendas é efetuado na sua maior parte por multibanco - verbas que transferimos sempre para o IGCP, e por outro lado, para mantermos e gerirmos os nossos Fundos de Maneio, estes só são possíveis com a manutenção de um valor, ainda que reduzido, na CGD. Há ainda a considerar que efetuamos o pagamento do subsídio de refeição através do cartão CaixaBreak. Por esses motivos não podemos ter 100% dos fundos no IGCP e não se vislumbra essa obrigatoriedade por via da lei.

Em 2013 foi recomendada a prossecução da implementação das medidas de redução de gastos, no sentido de diminuir o peso dos gastos operacionais nas Vendas e Serviços Prestados, a qual foi possível em 2014, essencialmente devido ao cancelamento de espetáculos anteriormente previstos. Em 2015 apesar de um aumento dos custos, fruto de uma maior atividade nacional e internacional, estes foram superados pelos montantes dos proveitos a eles associados, permitindo uma diminuição do respetivo peso.

Lisboa, 17 de maio de 2016

O Conselho de Administração

Cláudia Belcham

João G-11

**XI. Anexos do RGS**

*CPli*  






Pelas quinze horas do dia 17 de maio de dois mil e dezasseis reuniu, na sede do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., sita na Praça D. Pedro IV, em Lisboa, o Conselho de Administração desta empresa, nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 1-A/2015, com a participação dos seguintes membros:

Dr.ª Cláudia Sofia de Oliveira Belchior, Vogal do Conselho de Administração;-----

Dr.ª Sofia Pacheco de Campos Carvalho, Vogal do Conselho de Administração-----

A reunião foi convocada e presidida pela vogal do Conselho de Administração Dra. Cláudia Belchior e os trabalhos iniciados com a aprovação da seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto único: Pedido de aprovação do Relatório do Governo Societário de 2015.-----

Sobre o assunto constante da ordem de trabalhos aprovada, foi tomada a seguinte deliberação:

O Conselho de Administração deliberou aprovar Relatório do Governo Societário relativo ao ano de 2015.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração declarou encerrada a reunião quando eram dezasseis horas, tendo sido encerrada a presente ata, que reproduz, com fidelidade, os assuntos tratados e as deliberações tomadas, contendo uma folha de verso em branco, que vai ser assinada pelos membros do Conselho de Administração que estiveram presentes na reunião e vai ser inscrita no livro de atas de reuniões do Conselho de Administração do TNDMII E.P.E.

Cláudia Belchior  
J. Pacheco



**DECLARAÇÃO**

Nome: **Cláudia Sofia de Oliveira Belchior**

Cargo: **Vogal do Conselho de Administração**

Declaro, para efeitos do nº. 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que não detenho quaisquer participações patrimoniais nesta empresa, nem mantenho quaisquer relações com os seus fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 4 de maio de 2016.

Cláudia Belchior

(Declaração para o órgão de administração, para o órgão de fiscalização, bem como para a IGF)



**DECLARAÇÃO**

**Nome: Sofia Pacheco de Campos Carvalho**

**Cargo: Vogal do Conselho de Administração**

Declaro, para efeitos do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que não detenho quaisquer participações patrimoniais nesta empresa, nem mantenho quaisquer relações com os seus fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 14 de Maio de 2016.

(Declaração para o órgão de administração, para o órgão de fiscalização, bem como para a IGF)

DECLARAÇÃO

Nome: **Cláudia Sofia de Oliveira Belchior**

Cargo: **Vogal do Conselho de Administração**

No âmbito da prevenção de conflitos de interesse, prevista pelo art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, declaro que me abstenho de intervir nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas.

Lisboa, 4 de maio de 2016.

Cláudia Belchior

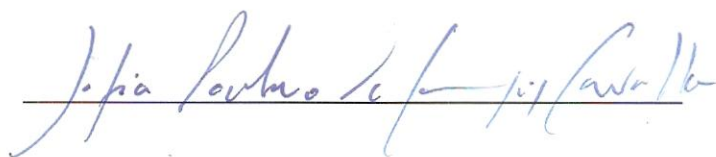
DECLARAÇÃO

Nome: **Sofia Pacheco de Campos Carvalho**

Cargo: **Vogal do Conselho de Administração**

No âmbito da prevenção de conflitos de interesse, prevista pelo art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, declaro que me abstenho de intervir nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas.

Lisboa, 14 de Maio de 2016.



## RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto, designadamente, no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea b) do nº 2 do artigo 14º dos Estatutos do Teatro, publicados em anexo ao Decreto-Lei nº 158/2007, de 27 de Abril, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o respetivo Anexo, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do **TNDM – TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

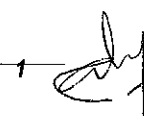
Ao longo do exercício acompanhámos com regularidade a gestão do TNDM II, E.P.E., tendo para o efeito efetuado reuniões e contactos regulares com o Conselho de Administração e com outros responsáveis do Teatro, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

Procedemos igualmente à leitura e análise das Atas do Conselho de Administração, bem como de outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias, incluindo informação financeira intercalar e a respetiva documentação contabilística de suporte, de forma a dar cumprimento às funções que nos foram cometidas.

No âmbito das nossas competências, procedemos à análise da informação trimestral disponibilizada pelo Conselho de Administração, incluindo os Relatórios de Execução Orçamental, tendo reportado as conclusões decorrentes das nossas análises, no âmbito dos Relatórios Trimestrais que elaborámos.

Procedemos igualmente à apreciação dos Planos de Atividades e Orçamento, para o exercício de 2016, tendo emitido o correspondente Parecer. Na sequência de solicitação do Conselho de Administração, expressámos ainda a nossa opinião sobre diversos assuntos relacionados com a atividade do Teatro.

No âmbito da nossa atividade contámos sempre com a disponibilidade e colaboração dos membros do Conselho de Administração, bem como dos diversos Serviços do Teatro, que nos prestaram com prontidão todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.



Os princípios contabilísticos adotados estão em conformidade com os Normativos Contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística, tendo os critérios de valorimetria adotados neste exercício sido globalmente consistentes com os que foram aplicados no exercício anterior.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo aborda de forma adequada a atividade do TNDM II, E.P.E., no exercício, quer na perspetiva da avaliação dos objetivos estabelecidos no âmbito das Linhas de Orientação Estratégica definidas, quer numa ótica de cumprimento das diversas orientações legais, quer ainda relativamente à análise da respetiva situação económico-financeira e ao grau de execução orçamental.

Juntamente com o Relatório de Gestão, o Conselho de Administração apresentou igualmente o Relatório de Governo Societário, de acordo com o estabelecido no nº 1 do artigo 54º do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e com o ofício circular n.º 00714, de 12 de fevereiro de 2016 da Direção Geral do Tesouro e Finanças, detalhando de forma adequada e completa os diversos assuntos relacionados com as boas práticas de governo societário, respeitando a estrutura definida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Verificámos igualmente a conformidade da informação contida no Relatório de Gestão com a informação vinculada nos demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Procedemos ainda à apreciação da Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, prevendo o reforço de reservas legais no montante de 2.780,63 euros e a aplicação do remanescente de 52.831,96 euros em resultados transitados, a qual está em condições de ser aprovada, dado que respeita as obrigações decorrentes das normas legais e estatutárias aplicáveis.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido, designadamente, no artigo 45º da Lei nº 140/2015 de 7 de setembro, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, sem qualquer Reserva nem Ênfase.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos permitem uma boa compreensão da situação financeira do **TNDM – TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.**, em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações do período findo naquela data.

## **PARECER DO FISCAL ÚNICO**

### **1. Matérias relacionadas com as contas**

Em conformidade com o descrito, e de acordo com a ação fiscalizadora desenvolvida, somos de parecer que as Entidades de Tutela do **TNDM – TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.:**

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Aproveem a Proposta de Aplicação de Resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, visando o reforço de reservas legais no montante de 2.780,63 euros e a aplicação do remanescente de 52.831,96 euros em resultados transitados, a qual está em condições de ser aprovada, dado que respeita as obrigações decorrentes das normas legais e estatutárias aplicáveis;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

### **2. Matérias relacionadas com a avaliação do desempenho individual de cada um dos gestores**

Nos termos do disposto no nº 2 do artº 6º do Estatuto do Gestor Público, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º8/2012, de 18 de janeiro, nas entidades públicas empresariais, a avaliação do desempenho dos gestores compete aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade. Por outro lado, a RCM n.º49/2007, de 28 de Março, cujo n.º17 previa que os membros do órgão de fiscalização emitissem anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, foi revogada pelo artigo 74º do decreto-lei n.º133/2013, de 3 de outubro.

Não obstante, e face à solicitação expressa pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, a coberto do ofício n.º 000714, de 12 de fevereiro de 2016, compete-nos expressar a nossa opinião sobre o desempenho individual de cada um dos gestores.

Para o efeito, tomámos em consideração os diversos objetivos fixados nos contratos de gestão anteriormente celebrados, não obstante os mesmos não se encontrarem atualmente em vigor.



Importa ainda ter em consideração as limitações conhecidas relativamente à aplicação integral do estipulado nesses contratos, designadamente no que se refere ao apuramento da componente de remuneração variável. Contudo, e apesar das referidas vicissitudes, conforme se encontra amplamente explicitado no capítulo 5 do relatório de gestão, o nível de cumprimento integral dos diversos objetivos estabelecidos foi o seguinte:

Grupo de Indicadores	Objetivos fixados	Objetivos satisfeitos	% global de satisfação
Cliente	8	6	75%
Matérias Financeiras	5	3	60%
Promoção da imagem e atividade	4	3	75%
Otimização e qualificação dos recursos humanos	1	1	100%
Global	18	13	72%

De acordo com o exposto, expressamos uma opinião favorável sobre o desempenho dos atuais membros do Conselho de Administração do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., sendo de realçar os esforços desenvolvidos, e o sucesso alcançado, ao nível da manutenção do equilíbrio económico e financeiro da atividade.

### 3. Outras matérias

No âmbito do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, atento o solicitado expressamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a coberto do ofício referido no ponto anterior, confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que o Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., deu pelo cumprimento à execução das orientações relativas à política de remunerações para 2015, incluindo a manutenção parcial das reduções salariais ocorridas nos anos anteriores.

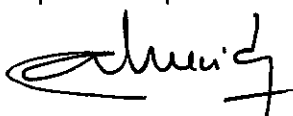
Nos termos do n.º 2 do art.º 54.º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração em cumprimento do n.º 1 daquela disposição legal, e que constitui parte integrante do conjunto dos documentos de prestação de contas, entendendo que o mesmo dá pleno cumprimento ao exigido no capítulo II daquele diploma legal, tendo em consideração as especificidades da Sociedade.

Lisboa, 31 de março de 2016

**O FISCAL ÚNICO**

**VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por:



Vítor Manuel Batista de Almeida

## DECLARAÇÃO

No passado dia 31 de março, na qualidade de Fiscal Único do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., emitimos o relatório e parecer do Fiscal Único, em cumprimento do disposto, designadamente, no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea b) do nº 2 do artigo 14º dos Estatutos do Teatro, publicados em anexo ao Decreto-Lei nº 158/2007, de 27 de Abril.

Nesse mesmo parecer, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54.º do decreto-lei nº133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração em cumprimento do nº 1 daquela disposição legal.

Posteriormente, na sequência da análise desenvolvida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), concluiu esta entidade que o referido relatório não reunia as condições para merecer a aprovação do titular da função acionista, tendo sido solicitada a sanção de algumas omissões, algumas delas de carácter predominantemente formal e outras que, de acordo com a nossa análise, não se revestem de particular acuidade no âmbito da atividade desenvolvida pelo Teatro.

Não obstante, e em cumprimento da determinação do titular da função acionista, o conselho de administração do Teatro reviu o conteúdo do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, de forma a colmatar as omissões que foram identificadas pela UTAM, tendo apresentado, com data de hoje, nova versão deste documento.

Nestes termos, e em cumprimento do disposto o nº 2 do art.º 54.º do decreto-lei nº133/2013, de 3 de outubro, expressamos a nossa convicção de que o referido relatório cumpre com o conteúdo relevante de informação exigida pelo respetivo capítulo daquele diploma legal.

Lisboa, 18 de maio de 2016

**O FISCAL ÚNICO**  
**VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.**  
Representada por:



*Vitor Manuel Batista de Almeida*  
*Inscrito na OROC sob o nº 691 e na lista de auditores da CMVM sob o nº 20160331*